



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE, COMISSÃO DE SAÚDE E COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 21 DE MAIO DE 2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Declaro abertos os trabalhos – eu e o nobre Vereador Eliseu Gabriel – da audiência pública do Projeto de Lei 688/13, do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, conforme texto do substitutivo aprovado em primeira discussão. Estão presentes o Vereador Eliseu Gabriel e eu, e aguardamos os demais.

Também está presente o Dr. Eurípedes, sempre presente nas reuniões da secretaria; o Dr. José Claudio Domingos, da Secretaria Municipal da Saúde, assessoria de Planejamento; Profa. Maria Luiza Gomes da Silva, Secretaria Municipal da Educação; João Maradei Júnior, Associações Ame Jardins; Luís Carlos Bosco, Partido Verde do Município de São Paulo; Lucas Mostarda, Jardim Sapopemba, representando o Secretário Antonio César Callegari; Prof. Antonio Rodrigues da Silva, chefe da assistência técnica de planejamento, que solicita e a Mesa defere, para abriremos os trabalhos com a sua apresentação, com uma projeção; o Secretário de SIURB; meu amigo Puccini, Secretaria Municipal da Saúde. (Pausa)

Contamos agora com a presença do nobre Vereador Nabil Bonduki, relator do projeto de lei. Vejam como nada é por acaso, o Nabil foi o relator do primeiro Plano Diretor discutido com a sociedade, em 2004. Quis Deus que ele retornasse e está novamente como relator do novo Plano Diretor. Nada é por acaso.

Senhoras e senhores, vamos entrar no nosso assunto.

Compõe a Mesa o Secretário Adjunto da Saúde, Sr. Paulo de Tarso Puccini. Este fato é inédito, nunca tivemos uma audiência pública da Saúde no Plano Diretor, é a primeira vez. (Palmas) Essa é uma conquista, e com o apoio do Governo. Obrigado.

Também convido a compor a Mesa o Sr. Weber Schultz, Chefe de Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Urbano; e o Prof. Antonio Rodrigues da Silva, representando a Secretaria da Educação, Cesar Callegari. As secretarias envolvidas estão representadas. Se alguém dos senhores ou senhoras quiser compor a Mesa, por favor, apresentem-se. Este espaço é muito democrático.

Vamos começar? Para falar do Plano Diretor, quem pode falar melhor é o Vereador Nabil. Agora nós estamos traçando um plano genérico para a cidade de São Paulo, depois vamos fazer o chamado Plano Diretor Regional. Cada região terá o seu.

Ocorre que no setor da Saúde temos de ter diretrizes para balizar, por exemplo, regiões endêmicas. Sabemos que São Paulo tem uma população diferenciada, com dimensão geofísica, socioeconômica ambiental, o que favorece patologias de um lado e de outro, dentro das diferentes características da cidade de São Paulo. Não podemos ter um único padrão para

as moléstias da cidade de São Paulo. Isso deverá ter um planejamento regional.

Há também a questão da poluição, por exemplo, cite-se a Controlar. Sabemos quantas pessoas morrem diariamente por problemas pulmonares. Hoje, com o avanço da tecnologia, da ciência, sabemos o quanto o ar está contaminado e o quanto influencia nas moléstias, no agravamento, na morbidade e no óbito.

Também protocolamos, e fomos aceitos pelo relator, um Plano Diretor para as áreas contaminadas da cidade de São Paulo. E isso nunca havia ocorrido. Esse planejamento vai findar após a votação, pois há uma CPI desse assunto com prazo de término de 60 dias.

Há regiões da cidade de São Paulo em que há grande incidência de áreas contaminadas, e a Secretaria da Saúde é obrigada a ser acionada quando detectamos áreas que está sendo ocupada, para que acompanhe os casos e faça estatísticas. Ela, compulsoriamente, tem de anexar no registro de imóveis aquela área como contaminada. Quem pode falar melhor desse assunto é o próprio Nabil, que é grande estudioso. Eu estou aprendendo agora ao presidir a CPI das Áreas Contaminadas nesta Casa.

Esse é um avanço, um capítulo aparte dentro do Plano Diretor a questão das áreas contaminadas. Detectou-se o aumento de neoplasias regionais, não só na população, mas detectou-se nas regiões. Sabemos da necessidade de se levar em conta a saúde, a qualidade de vida.

Para iniciar, Nabil, você quer fazer uma introdução? Até para me corrigir, por favor.

O SR. NABIL BONDUKI – Boa noite a todos, a todas. Queria cumprimentar os Vereadores Eliseu Gabriel e Rubens Calvo; os representantes do Executivo, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, o Weber; o Secretário Adjunto da Saúde; e o Antonio representando a Secretaria da Educação.

Acho muito importante realizarmos essas reuniões conjuntas das comissões. Amanhã teremos reunião conjunta com a Comissão de Finanças e Administração Pública. Hoje, com Educação, Cultura; Saúde; e Desenvolvimento Urbano. Essas audiências públicas, embora sejam realizadas por comissões específicas, visam debater o projeto como um todo.

Claro, o fato de estarem presentes representantes de outras comissões pode acontecer que se discuta, com mais ênfase, questões específicas. Mas esta audiência é geral do Plano Diretor, do PL 688/13.

O texto referência é o aprovado em primeira discussão, é o que todos conhecem, um texto amplamente divulgado, está no site desde 2 de abril, há um mês e meio, é o texto

aprovado pela Comissão de Política Urbana, e sem nenhuma emenda em primeira discussão. Ressalto que esse é o texto-referência para que não haja questionamento sobre o que estamos debatendo.

Após essa aprovação estamos realizando audiências públicas que começaram hoje pela manhã, à tarde e haverá amanhã. São elas que contemplarão as várias comissões. Teremos pelo menos mais uma audiência pública, após a publicação do caderno de emendas.

Foi estabelecido, como uma maneira de dar mais publicidade, explicitar claramente o que cada Vereador está propondo, para que se antecipasse a apresentação de proposta de emendas. É importante esclarecer, pois estabelecemos o dia 16 para que fossem encaminhadas emendas ao projeto de lei aprovado em primeira discussão. No entanto, que fique claro, recebemos 380 emendas, sem contar contribuições e propostas do Executivo, as quais serão propostas a partir do processo de debate, que foi realizado na segunda etapa do processo participativo. Estamos dando início à terceira etapa do processo participativo. A primeira foi de outubro a dezembro, com base no projeto de lei original do Executivo. E o debate foi amplo com a sociedade.

A partir dessas contribuições e também da colaboração do Executivo; principalmente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, assim como de outras, mas sistematizados a partir do trabalho da Secretaria de Desenvolvimento Urbano; e de Vereadores, chegou-se à proposta do substitutivo.

Essa proposta, antes de ser aprovada em primeira, foi submetida a devolutivas, que aconteceram no mês de abril. A partir desse processo, o projeto foi aprovado em primeira votação no final de abril. Neste momento, estamos nessa terceira etapa, já com o projeto aprovado e recebendo mais contribuições. Foi com base nisso, inclusive, que os Vereadores puderam contribuir com as emendas, que chegaram até o fim de semana passado. Essas emendas serão publicadas. Inclusive hoje houve uma reunião com o Ministério Público, porque o objetivo é dar a máxima transparência a tudo que acontece. Por isso essas emendas serão publicadas, assim como já foram publicadas as sínteses das audiências públicas realizadas no período anterior à aprovação do projeto. Dessa maneira, então, poderíamos realizar as últimas audiências públicas, já com base no conhecimento dessas emendas.

É importante também esclarecermos que emendas de verdade, as protocoladas, poderão ser feitas durante o período de discussão do projeto no Plenário. Isso está no Regimento da Câmara. Esperamos que não surja nenhuma proposta em desacordo com o processo de debate. Ou seja, que apareçam questões totalmente novas, que ninguém debateu, porque se espera dar a máxima transparência a todo processo e a tudo que vier, eventualmente, a ser votado, seja objeto de discussão prévia. Poderão até acontecer emendas de Plenário, deverão acontecer e é regimental que aconteçam, mas elas não deveriam tratar de assuntos que não discutimos ou que não dizem respeito a objetos que estão sendo tratados nesse debate.

Não foi possível terminar a análise de todas as emendas apresentadas, pois há um número grande de emendas. Muitas delas podem aperfeiçoar o texto, melhorá-lo ou torná-lo mais claro. São emendas perfeitamente compatíveis, sem estabelecer nenhum tipo de conflito, mas existem alguns temas, hoje de manhã ressaltai alguns, que têm sido bastante polêmicos. Quais seriam esses temas? Farei uma breve síntese, porque me parece importante que todos saibam. Questões polêmicas já apareceram na própria audiência, hoje de manhã.

Um desses temas, bastante debatido hoje de manhã, foi exatamente a questão das Zonas Exclusivamente Residenciais, do artigo 13, mas não diz respeito apenas a esse artigo. O Plano Diretor, tanto o original quanto o substitutivo, tem como princípio a manutenção da ZER. Existem várias reivindicações e isso se reflete em emendas. Não que exista uma flexibilização, ninguém está propondo que se mudem as características urbanísticas das ZER, mas há várias emendas no sentido de se permitir, principalmente nos chamados corredores, ou seja, nas áreas onde existem mais tráfego, uma maior flexibilização para a possibilidade de uso não residencial. Então há um grupo de emendas que tratam desse tema que precisarão, certamente, ser objeto de um afunilamento para votação.

Outro tema que aparece também com bastante frequência em emendas é o relacionado a áreas onde está posto o aeroporto de Parelheiros. Existem desde propostas de

emendas que se autorize o aeroporto; propostas para alterar o texto do substitutivo que diz respeito ao plano aeroviário, isto é, que se mantenha esse plano como regulador e como espaço para o debate dessa questão, mas com alguma modificação no texto; existem propostas de supressão integral do plano aeroviário; existem propostas para a implantação, na área prevista, do Parque do Paiol. São várias emendas que tratam desse tema.

Outro conjunto de propostas que aparecem diz respeito ao cálculo da outorga onerosa. Isso deverá ser objeto de debate mais aprofundado amanhã, na reunião conjunta com a Comissão de Finanças. O substitutivo introduziu uma tabela de valores de referência que estão mais próximos dos valores de mercado, substituindo o valor venal. Hoje, o valor venal está totalmente defasado em relação aos valores de mercado dos imóveis e consideramos fundamental que fosse feita essa correção. Ninguém está propondo suprimir esse valor de referência dos imóveis, mas existe uma série de propostas que estabelecem como ele deve ser fixado. No substitutivo se define que anualmente a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, com base em estudos realizados pela Secretaria de Finanças e passando pela Comissão de Valores Mobiliários, estabeleça essas tabelas.

Há propostas de emenda, inclusive uma apresentada pelo Vereador José Police Neto, que estabelece a necessidade de aprovação por lei anual dessa tabela pela Câmara Municipal. Esse é outro assunto que diz respeito à discussão da outorga onerosa. Tem havido também muitas manifestações dos setores empresariais a respeito de que a outorga onerosa estaria exageradamente cara. Depois vou pedir ao Chefe de Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Urbano para esclarecer sobre isso. Têm sido feitos estudos para se discutir, estabelecer e obter mais referências para que possamos tratar desse assunto.

Outro assunto que tem sido objeto de bastantes proposições diz respeito à localização das ZEISs. Uma reivindicação de que sejam marcadas mais ZEISs junto aos eixos de transformação, que são os corredores de ônibus e ao longo das estações de metrô e de trens, em áreas melhor localizadas na Cidade.

Então há algumas emendas, algumas delas bem genéricas, do tipo: marcar ZEIS em Santa Ifigênia, Nova Luz, Brás, nessas regiões mais centrais, até propostas que definem porcentagem de ZEIS em certas áreas, o que pode ser entendido como diretrizes, uma vez que para valerem precisam estar demarcadas no território. Mas de qualquer maneira esse é o espírito de muitas emendas.

Há emendas também que trabalham com a discussão sobre a autoaplicabilidade das novas regras de uso e ocupação do solo nos eixos. São propostas para criação, deixando como diretriz do uso e ocupação do solo a manutenção da zona de transição, principalmente entre a ZER e as demais zonas.

Em suma, são várias emendas e quero aproveitar que este debate se faz em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, para falar um pouquinho também das proposições relacionadas principalmente à Cultura. Temos um capítulo importante da Cultura que se relaciona com o patrimônio, com a manutenção de espaços culturais e também a criação de território cultural.

Esse capítulo tem várias proposições que foram apresentadas pela sociedade e algumas delas se tornaram também emendas parlamentares, muitas reivindicações da sociedade civil que agora chegam como emendas parlamentares, o que é positivo do ponto de vista desse processo democrático. Por exemplo, há propostas de definição ou pelo menos de indicação de novas áreas para os territórios culturais.

Neste momento está marcado apenas o território cultural Paulista – Luz, que basicamente se resume à área central e definindo que na lei de uso e ocupação do solo serão definidos outros possíveis territórios culturais nos planos regionais. Isso pode ser perfeitamente alterado. Quer dizer, se propõe que novas áreas sejam marcadas como possíveis áreas para novos territórios culturais.

Também há propostas de um melhor detalhamento dessa sessão e de ampliar as proteções aos imóveis considerados como áreas de proteção cultural, garantindo outras

condições de proteção e de estímulos.

Há também várias propostas relacionadas com o estabelecimento de condicionantes de caráter ambiental, de sustentabilidade para as construções realizadas nas áreas de proteção de mananciais, principalmente a ZEIS 4, de modo que ali se possa estabelecer um processo de ocupação urbana, mas com condições adequadas de infraestrutura em compatibilidade com as legislações estadual e de proteção.

Há várias emendas relacionadas com isso, inclusive, criando-se ou, pelo menos, evidenciando-se mais claramente a possibilidade de implantação de infraestrutura, de equipamentos nessa região de proteção de mananciais, pois parte dela está ocupada e, portanto, facilitando a implantação de equipamentos, inclusive, de Saúde, de Educação, que muitas vezes há dificuldade para serem implantados nessa região. O projeto já contempla essa possibilidade, mas são emendas para tornar isso mais claro, mais forte, de modo a que não parem mais dúvidas em relação à possibilidade de implantação de equipamentos públicos de todos os tipos nessas regiões.

Não vou me estender mais. Como podemos perceber nas emendas que foram apresentadas, muitas delas estão bastante compatíveis com o processo de debate que foi feito. Quer dizer, muito do que se debateu se traduz agora em emendas apresentadas pelos parlamentares. Essa foi a síntese dessas propostas que estarão publicadas, o que permitirá um conhecimento mais amplo da população.

Só quero fazer uma última observação, já que estamos aqui dialogando com as comissões de Saúde, de Cultura e de Assistência, o plano diretor trata esses temas fundamentalmente no que diz respeito as suas interfaces com a questão territorial.

Há um capítulo dentro do título 3, sobre o sistema de equipamentos sociais em que se definem diretrizes para a distribuição desses equipamentos na Cidade e esse título vai requerer algum aperfeiçoamento. Há propostas relacionadas com isso, o próprio Movimento Nossa São Paulo encaminhou uma proposta que diz respeito à questão da desigualdade na

distribuição dos equipamentos na Cidade e quer que o plano diretor estabeleça, dentro do seu horizonte temporal de 15 anos, qual a perspectiva de redução dessa desigualdade no atendimento às várias regiões da Cidade, considerando que uma parte significativa de São Paulo não tem, por exemplo, biblioteca ou centros culturais, ou que tem carência de equipamentos de Saúde e Educação. Quer dizer, temos uma distribuição desigual dos equipamentos da Cidade.

E como um dos objetivos estratégicos do plano diretor, que está no artigo 8º, é exatamente a redução da desigualdade sócio territorial da Cidade, um dos aspectos importantes que temos discutido muito, a questão da má distribuição do emprego na Cidade, mas um dos aspectos que também revela uma desigualdade sócio territorial é a má distribuição dos equipamentos sociais. Algumas regiões estão muito bem servidas, outras estão muito carentes. Então isso vale para Educação, Saúde, Cultura, Esporte, Assistência, áreas de lazer e áreas verdes.

O tema dos equipamentos foi pouco tratado nas nossas audiências públicas, principalmente nas mais temáticas. Foi tratado muito como reivindicação de equipamentos localizados das audiências públicas realizadas nas subprefeituras, mas apareciam questões excessivamente locais. O que consideramos assunto de plano diretor é pensar isso no contexto mais geral da Cidade, e acho que esta audiência pública de hoje pode contribuir para que possamos suprir alguma lacuna no que diz respeito a esse tema.

Quero também dizer que nós temos ainda todo um percurso para percorrer, mas já percorremos um caminho longo. Foram oito meses e acho que estamos bastante maduros nesse processo de discussão e certamente daqui para frente vamos afinando nos pontos de maior conflito, de maior discussão e disputa de posições, mas acredito que estamos caminhando para uma boa finalização dessa proposta do plano diretor, deixando claro que é na verdade parte de um processo de planejamento da Cidade, que vai se desdobrar em planos regionais, setoriais e específicos. Será o desdobramento dos próximos anos que serão

intensos no sentido de planejar a Cidade, principalmente no que diz respeito ao seu caráter mais setorial, local e regional. Então o plano diretor é um guarda-chuva dessa reformulação geral da legislação urbanística da Cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Nós que agradecemos V.Exa. Quero registrar a presença do Vereador Young, da Comissão de Saúde; do Vereador Netinho, da Política Urbana e Ricardo Nunes, de Finanças. Amanhã teremos uma audiência pública de Finanças para o plano diretor.

Convido para fazer parte da Mesa a Professora Maria Luiza, representando o Secretário de Educação e o Sr. Lucas.

Antes de dar continuidade informo que esta audiência foi publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, de 17 de maio, e na *Folha de São Paulo*, no dia 19 de maio. E desde o dia 16 de maio, todos os dias, vem sendo publicada em *Diário Oficial*. Também está sendo transmitida pela internet, no portal da Câmara - www.camara.sp.gov.br, links TV Câmara, Auditórios On-Line.

O Relator fez uma explanação e quem sabe daqui possamos tirar algumas outras emendas antes do texto final. Quero dizer que conforme o artigo 86 do Regimento Interno, os Srs. Vereadores que desejarem fazer uso da palavra terão, como os inscritos, três minutos.

Uma grande parcela dos presentes são pessoas com mais de 50 anos como eu, e queremos uma Cidade que se adapte à terceira idade e não a terceira idade ir se adaptando à Cidade. Como estamos planejando para o futuro, é isso que queremos que se leve em conta, Vereador Nabil Bonduki, inclusive, não só a assistência à saúde, como também o lazer tão importante, forma de caminhar e toda segurança que almejamos para o nosso futuro.

Faço uma pergunta já que é a primeira vez que tratamos de um assunto de tamanha importância, V.Exas. acham que devemos ouvir primeiro os Técnicos de Saúde, os Vereadores ou os inscritos?

Como o Vereador Ricardo Young terá de sair, pergunto a V.Exa. se quer ouvir primeiro os técnicos.

O SR. RICARDO YOUNG – Vou ter de sair por volta das 20h10, então posso falar antes de sair. V.Exa. encaminha como achar melhor.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Temos 22 inscritos para fazer uso da palavra. Primeiro, queremos ouvir o Sr. Rui Neto Alves Barreto, representando a Sociedade Amigos da Cidade Jardim.

O SR. RUI NETO ALVES BARRETO – Ilustres participantes da Mesa Diretora, minhas senhoras e meus senhores, represento a Sociedade Amigos da Cidade Jardim. Tenho acompanhado todos os trabalhos que foram efetivados e a luta de todos aqui para as modificações de tudo isso.

Um assunto que estou verificando é a questão das eleições para os conselhos de representantes e os poderes que estão destinados a esses conselhos que tomaram outro nome, de participativos, mas na realidade são os conselhos de representantes que estão na lei 10.257, de 10 de julho de 2001, e que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1998.

Portanto, caso estes trabalhos levem a um resultado que vão enfrentar esses artigos já estabelecidos, tanto na lei que regulamenta - o Estatuto da Cidade -, como também na lei federal como já notifiquei, eles não vai levar a nada, porque cada artigo desses pode ser perfeitamente modificado pelos conselhos como estão sendo feitos. E são nomeados pelo Poder Executivo quando nesses estatutos e nessas leis, reza que o poder dessas comissões é do munícipe, do indivíduo que mora naquelas localidades. E não representantes de sociedades como prevê esse artigo na página 143 do projeto.

Então a minha proposta é essa, que sejam obedecidas rigorosamente todas as afirmações desses artigos já pré-estabelecidos, porque senão vão redundar em eternas brigas do Ministério Público contra a Prefeitura que não levam a nada. Simplesmente postergam a

resolução dos problemas.

Era só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Tem a palavra o Sr. Ivan, representando o Vereador Gilberto Natalini, que faz parte da Comissão de Saúde.

O SR. IVAN – Boa noite a todos, Mesa, público presente... parabéns às comissões por essa audiência conjunta. Nesse momento, represento o nobre Vereador Gilberto Natalini, que foi convidado a fazer uma palestra a, mais ou menos, 600 alunos na Uninove, inclusive para debater essa questão do Plano Diretor Estratégico com os alunos, a convite da faculdade.

Quero ressaltar a importância de se discutir o Plano Diretor, porque saúde é fundamental, e uma cidade bem planejada, bem delineada, traz por si só uma melhor qualidade de vida ao cidadão, e isso se traduz em saúde.

Como já foi dito, os espaços urbanos, as áreas públicas, de modo geral, sempre deixaram de lado a saúde, historicamente; então, hoje, há uma grande dificuldade de se encontrar uma área disponível para implantar um equipamento de saúde em determinadas regiões de São Paulo. Por exemplo, o Parque das Flores, próximo à região de São Matheus, onde não se conseguia encontrar uma área institucional para a implantação de equipamentos de saúde.

Esse é só um exemplo de lugares em que a saúde tem dificuldade de se instalar e promover a saúde dos moradores que moram ali e têm direito a esses equipamentos. Então, precisamos de um Plano Diretor que contemple a ampliação das equipes de estratégia de Saúde da Família, que leve a saúde a essas comunidades mais distantes, porque essa cobertura precisa ser elevada a, no mínimo, 70%; hoje a cobertura está em torno de 50%, são cerca de 1.298 equipes.

Isso ajudará na redução da desigualdade socioterritorial, como foi dito aqui, porque percorrendo a cidade de São Paulo é fácil constatar essa desigualdade socioterritorial. Em decorrência desses assentamentos, aglomerados, existe uma série de vicissitudes. Então, a

vigilância epidemiológica, a vigilância em saúde, são fatores fundamentais que devem ser contemplados no Plano Diretor Estratégico.

Então, saúde e sustentabilidade devem caminhar juntas. Por isso é fundamental uma audiência pública com a participação da área da saúde, e parabênzo os membros desta Mesa por se lembrarem de discutir esse tema, porque precisamos preparar a Cidade pensando em saúde e meio ambiente de maneira transversal, caminhando junto. Uma cidade melhor pressupõe melhor qualidade de vida ao cidadão e, evidentemente, melhor saúde para todos.

Pensando na acessibilidade e no envelhecimento da população de São Paulo, temos de ter esse olhar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Obrigado. Registro a presença da Sra. Silvana, Assessora do nobre Vereador Reis.

Tem a palavra a Sra. Maria Auxiliadora Lopes Martins.

A SRA. MARIA AUXILIADORA LOPES MARTINS – Boa noite. Acho que, como sociedade, como classe política, temos de ter um olhar sobre muito forte para a questão da educação, porque a base de uma nação é a educação. E por que a educação se encontra numa situação tão deplorável no Estado? O Município ainda está um pouco melhor que o Estado, porque vemos mãe querendo tirar a criança da escola do Estado para matricular no Município; e isso vale para outros municípios, não só a cidade de São Paulo.

Tem cidade que a gente visita e nota que o índice de desenvolvimento é alto, e ele está intimamente relacionado com a qualidade da educação. Quando não há educação, há um povo doente, em todos os sentidos: doente do corpo, da mente, é um ser doente. Então, tem de investir pesadamente na educação. E começa desde a creche. Por quê? Hoje a mulher sai de casa para trabalhar.

Vamos circular pelas periferias durante a semana? As crianças ficam jogadas pelas ruas aprendendo tudo o que não presta, infelizmente. Então, essa criança tem de ser acolhida

na creche desde pequenininha; e, se essa criança for bem formada na creche, ela será uma base para a família.

Mas a creche tem de ser fiscalizada, tem de ter qualidade de ensino, de alimentação, para ter saúde. Por que nós temos um povo tão doente? Por causa da falta de qualidade do ar, da alimentação, da água, da higiene, de questões básicas.

Nunca me esqueço de uma coisa: Fui catequista numa periferia, onde morava, e as crianças chegavam em casa com um comportamento diferente e isso fazia com que os pais fossem à reunião mensal, elas mudavam o comportamento dentro da família.

A educação precisa fazer um trabalho transformador da sociedade. Mas tem de haver essa consciência, tem de haver vontade política. Essa é a verdade. Será muito mais econômico investir numa criança do que investir num detento. Quanto custa um preso? Quantas crianças não dariam para colocar na creche com R\$ 7 mil? Além disso, a sociedade terá paz, tranquilidade e poderá viver num ambiente mais saudável, porque a insegurança tomou conta da Cidade.

O Plano Diretor precisa ter essa diretriz. Acho que uma criança na escola, por tempo integral, custa menos do que o bandido na cadeia, que faz mal à sociedade, que nos dá intranquilidade e nos causa sofrimentos imensos. Então é preciso investir na educação de tempo integral, no lazer.

Outra coisa, os eixos históricos estão abandonados. É preciso investir, porque é cultura, traz civilidade, traz crescimento, faz a sociedade melhorar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Muito obrigado. Conforme combinado, tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Young.

O SR. RICARDO YOUNG – Boa noite a todos. Parabéns àqueles que estiveram na audiência pública de manhã e que estão aqui, à noite.

A nossa preocupação, assim como a senhora acabou de falar, é que o Plano

Diretor não seja apenas de ordenamento territorial; muito mais do que isso, ele precisa expressar em todas as suas dimensões a cidade que nós queremos. E, ao fazer isso, é preciso avançar além do ordenamento territorial, mas também não podemos esperar que o Plano Diretor seja uma panaceia de tudo aquilo que precisamos fazer nas outras áreas.

Mas há algumas áreas, sim, que o Plano Diretor pode avançar. Quando falamos de saúde, estamos nos referindo a um contexto que vai além dos equipamentos de saúde, que precisam constar em todas as áreas, todos os eixos de adensamento, sem dúvida. Mas temos de garantir que alguns dos objetivos do Plano Diretor sejam efetivamente alcançados.

Quando o Plano Diretor propõe aproximar moradia e emprego é porque as pessoas perdem tempo no transporte, e isso é uma das condições de insalubridade da população. Achar que os empregos vão para a periferia, num passe de mágica, é uma ilusão. Então, temos de trazer a periferia para o centro. Isso significa que as áreas de adensamento precisam contemplar habitação popular muito além da cota de solidariedade, que permite a construção em outros lugares, mas não necessariamente na área de adensamento.

Então, uma das questões que estão sendo discutidas é a necessidade de ZEIS em áreas de adensamento. Agora isso basta? Claro que não. Precisamos garantir qualidade de vida para as habitações populares. Nesse caso, a cota de solidariedade pode entrar para melhorar a condição das habitações. Sabemos que as habitações do programa Minha Casa, Minha Vida são extremamente precárias, além de terem uma metragem ridícula.

Acabamos de votar uma lei em que, junto com o Estado, o Município ajuda a contemplar o valor mínimo da habitação social. Mesmo assim, é insuficiente. A cota de solidariedade deveria contribuir para que as ZEIS tivessem uma habitação popular mais digna possível.

Então não se trata somente de termos moradia popular nas áreas de adensamento para se aproximar ao emprego, mas também essa moradia tem de ser digna, saudável, com saneamento, com espaços de lazer e áreas verdes. O Plano Diretor prevê as Zepams e há

uma disputa entre Zepams e moradia popular.

Lembrando que a saúde não é doença, mas são as condições necessárias de prevenção de vida saudável; a doença é o fracasso em conseguirmos garantir essas condições. Portanto quando falamos em verde, em áreas permeáveis, parques, diminuição do tempo do transporte, diminuição da temperatura das ilhas de calor, pode parecer uma agenda apenas ambiental, mas está longe de ser apenas ambiental, são pressupostos necessários para uma cidade saudável, o que São Paulo está muito longe de ser.

Esses são pontos de convergência entre a agenda da sustentabilidade e a agenda da saúde e trabalho, que necessariamente precisarão estar contemplados. Se não conseguirmos resolver todos os problemas de São Paulo, esses são os problemas que podemos, sim, resolver no Plano Diretor; e se não o fizermos, estaremos sendo negligentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira, do Movimento Apoio ao Orçamento Participativo.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado, nobre Vereador. Saúdo os nobres Vereadores Eliseu Gabriel, Nabil Bonduki, Ricardo Nunes, Ricardo Young, os representantes das Secretárias, embora não esteja nenhum Secretário titular presente numa discussão fundamental. Também saúdo a população presente, conselheiros, técnicos.

É sempre bom discutir o Plano Diretor, especificamente os caminhos tortuosos e estranhos que estão se tomando.

Quero lamentar a situação da cidade de São Paulo, resumida na matéria do jornalista Mário Bittencourt, do UOL: “Sem ônibus, os paulistanos dormem na rua e passam frio”. Essa greve ilegal, abusiva, vergonhosa, que tem tudo a ver com o Plano Diretor, onde o tema do transporte está presente. Por isso, clamo a Câmara Municipal que fale sobre isso, que a Cidade urge, a Cidade cobra os Srs. Vereadores a se posicionarem sobre essa gravíssima questão na cidade de São Paulo, já que parece que o Prefeito Haddad não está levando isso a

sério. Realmente é muito preocupante.

Vamos começar pela questão da cultura. No último sábado, houve a Virada Cultural. Acho que o nobre Vereador Ricardo Nunes conhece o CEU Cidade Dutra; os Srs. Vereadores Calvo, Eliseu e Nabil também devem conhecer o CEU Paz, na Brasilândia. Esses dois CEUS foram riscados da Virada Cultural. O que a população desses bairros Cidade Dutra, Paz, fizeram para o governo para serem riscadas cruelmente da Virada Cultural? Nenhuma atividade nesses 14 CEUs que apareceram na lista.

É uma vergonha, porque o Sr. Secretário comprometeu-se no ano passado de fazer a Virada Cultural em todos os 45 CEUs, e não fez; faltaram 14 CEUs. A população está indignada com esse desrespeito. Cultura é isso. Despende 9 milhões de reais e a Virada Cultural não aparece em CEUs, que é um equipamento cultural. O CEU tem biblioteca, tem teatro e nada acontece. É uma coisa extremamente lamentável, como é também a questão do idoso. O Conselho Municipal do Idoso desapareceu do Plano Diretor, mas na lei de 2002 está presente. O idoso está sendo desrespeitado. O Conselho Municipal do Idoso sumiu do substitutivo. Será que isso vai ficar impune? Tanto o Prefeito Fernando Haddad parece que não quer, assim como o Sr. Nabil. O idoso e o seu conselho, que é o mais antigo da Cidade, 22 anos, merecem respeito, então, por favor, vamos respeitar o conselho.

O artigo 283 do atual substitutivo, segmentos como adolescentes e indígenas sumiram do mapa. Será que vão tirar os indígenas da cidade de São Paulo? Espero que corrijam os segmentos corretos para esta Cidade.

Quero externar, aproveitando a presença do Vereador Nabil Bonduki, que os militantes da participação popular não querem esmola não. Não querem colocar uma frasesinha de participação popular. Eles querem orçamento participativo, eles querem deliberação e esse assunto é, sim, de Plano Diretor. Saber por que é? Em 2002, foi falado aqui - Rubens Calvo era Vereador e outros também -, e no relatório do Celso Jatene, relator em 2002 da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, 13 de junho de 2002, tem orçamento participativo na configuração originária. No primeiro relatório do Vereador Nabil Bonduki, 5 de setembro de 2002, V.Exa. fala cinco vezes em orçamento participativo. Por que

agora não fala mais? Cadê a coerência do senhor e da Comissão? V.Exa., Toninho Paiva, José Mentor, Atílio Francisco.

Por fim, o último relatório, 12 de outubro de 2002, cinco vezes o senhor fala em orçamento participativo. Precisa das páginas? 67, 68,70 e o senhor Nabil, Toninho Paiva, Bispo Atílio, José Mentor e Arselino Tatto. Então, está provado por A mais B que é assunto sim de Plano Diretor. Está provado, o senhor fez em 2002.

Então, a gente solicita coerência e respeito à participação popular e à história - se partidos se desvirtuaram a partir de 2005, o problema não é da população, a população quer participar do orçamento e do planejamento da Cidade democraticamente, livremente.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – O próximo orador é o Laerte.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da Com Fé São Paulo, Empreendedorismo e Trabalho.

Primeiramente, parabenizo a Comissão e todos os que estão reunidos para discutir o futuro de São Paulo. Os parques que estão projetados na Cidade de São Paulo são sem futuro porque eles têm de ter povo, têm de ser destinados à prática esportiva e também para moradia de interesse social e de alto padrão.

Parelheiros é um território paupérrimo e mil cidadãos disputam uma vaga de emprego naquele território. Tem de ser destinada àquela área, pelo menos, 35% para instalação de empresas sustentáveis da agricultura, de empresas de prestação de serviços, inclusive hotelaria, para gerar novos empregos naquela região, assim como os demais parques.

Defendemos a construção do aeroporto naquela área e o fechamento do aeroporto de Congonhas para aviões maiores, pois o aeroporto não reúne segurança. Defendemos também o fechamento do Campo de Marte, destinando seu território para a construção de um parque e 40% da área para instalação de novas empresas e moradia de interesse social e de alto padrão.

O Governador Geraldo Alckmin com a máfia que ele implantou no Estado de São Paulo conseguiu roubar cerca de 185 bilhões. Examinem os dados e vejam se não há dinheiro roubado, 23,8% da Saúde, 18,3 da Educação, 23,8 do transporte, inclusive o metro, e 400% de obra e 12% de segurança.

O Governador Geraldo Alckmin além de ladrão é covarde e criminoso, sabem por

quê? Porque esse dinheiro que ele vem roubando da Saúde e da mobilidade da Cidade, do transporte, já matou várias pessoas na cidade de São Paulo. Por isso que eu falo que além de ladrão, ele é covarde e assassino.

Além disso, o Governador Geraldo Alckmin com os colegas dele de gatunagem vêm distribuindo na divisão do Exército, na Secretaria de Segurança Pública, e para o boneco dele, o Comandante Geral da Polícia Militar. Mas eu vou processar esse ladrão no Tribunal de Haia e vou arrebentar com ele em público depois do dia 20 de junho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – O próximo orador é Sr. Mauro Alves da Silva, do Conselho Coordenador das Sociedades e Associações Amigos de Bairros, Vilas e Cidades do Estado de São Paulo, Consabesp.

O SR. MAURO ALVES DA SILVA – Cumprimento todos os presentes. O Consabesp é um conselho estadual, mas também represento o Consabeja, que é o Conselho Regional do Jabaquara e Adjacências.

Estamos preocupados com a questão das desapropriações postas no Plano Diretor. Como o Vereador Nabil colocou ali, na verdade, não está garantindo moradia dos proprietários porque você é desapropriado por um valor de referência e não consegue comprar um imóvel na quadra do lado ou próximo. Toda a situação de degradação da área vai para o imóvel, mas a perspectiva de melhoria vai toda ao empreendedor, para construtora, para a especulação imobiliária.

São Paulo não tem política pública desde 2000, porque desde essa época não tem dinheiro para investimento. Não tem dinheiro para desapropriação também e a Prefeitura começa a fazer as parcerias público-privadas, concessão urbanística, operações urbanas – que não cumprem sua função social.

O artigo 125 dispõe sobre a questão das operações urbanas, só que não fala de garantia de moradia para todos, porque ele quer garantir moradia social. Na Câmara Municipal de São Paulo aprovaram um dispositivo que coloca o Programa Minha Casa Minha Vida até 126 mil reais. Você tem uma moradia de 300 mil reais, mas o pessoal quer pagar 100 mil. O proprietário tem um valor menor do que o morador de favela ou cortiço que, às vezes, está lá sem pagar IPTU.

O artigo 273 dispõe da garantia prioritária da habitação social, mas o Plano está ignorando o morador proprietário. No caso da Operação Urbana Água Espreada, de 2001, tem

o artigo 15 que fala que é para garantir moradia para todos. Só que alguém sonhou que é garantia de moradia para as favelas. Então, estão desapropriando cerca de 10 mil proprietários residenciais por valores irrisórios.

Há moradias de 500 mil reais e que a SPObras está pressionando para aceitarem 250 mil reais. Vou pedir aos moradores para se inscreverem no Programa Minha Casa Minha Vida que talvez consigam morar na região e não serem expulsos para Campo Limpo ou Cidade Tiradentes, com todo o respeito a essas áreas, mas estão tirando o pessoal de Jabaquara e Vila Mariana.

Gostaria de convidar os Srs. Vereadores para uma audiência pública que vamos realizar com a Comissão de Administração Pública, na quarta-feira, para falar da desapropriação na Operação Urbana Água Espreada provando que não tem dinheiro e, por isso a Prefeitura está fazendo a jogada de especulação imobiliária, quer dizer, desapropria por valor de referência, revende por valor por duas ou três vezes mais e a especulação imobiliária vende por 10 vezes mais.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – A próxima oradora é Sra. Eliane Manfre, da Iniciativa Territórios Culturais.

A SRA. ELIANE MANFRE – Boa noite a todos. Sou Eliane Manfre, sou integrante e ativista do Movimento Cine Belas Artes e também pela iniciativa dos territórios culturais, que é uma mobilização que se expandiu com coletivos representantes do teatro, da dança, cidadãos. Então, estamos unidos na força.

Vou fazer a contribuição para as emendas adicionais, algumas já protocoladas que vou reiterar e outras que a gente desenvolveu depois da primeira votação.

Com relação ao próprio território de interesse cultural, ele se encontra atualmente na seção de cultura, no artigo 65, que fala da Zona Especial de Preservação Cultural – Zepec. Nós defendemos que ele seja transferido para outra seção, no Capítulo I, que fala da política de desenvolvimento econômico sustentável. Acrescentaríamos também a palavra cultura e ficaria “da política de desenvolvimento econômico e cultural sustentável”. A partir daí, seria inserido no artigo 168, § 1º, no inciso III, “território de interesse cultural”.

Com relação ao território de interesse cultural, a gente inseriu mais artigos, que seriam o 11º e o 12º - parágrafos do mesmo artigo 165 - que alterariam um número para nova seção. Então, incluímos esses territórios de interesse cultural, TIC, que poderão ser criados por

projeto de lei de iniciativa do Executivo, do Legislativo e da população também, além dos planos regionais de Subprefeituras que já consta no texto.

Em relação ao 12º, que seria o inciso, “ficam indicados para constituição de outros TICs, área de relevância cultural e paisagística”, citaríamos a região Noroeste, a Leste e outras que já tenham projetos desenvolvidos, mas que não foram contemplados.

Estudamos e consideramos pertinente que seja ampliado de 10 para 15% a cota de solidariedade e 5% seja reservada para Cultura para recuperação, proteção e fomento para usos culturais. A cota de solidariedade está no artigo 108, do substitutivo.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – A próxima oradora é Sra. Lucila Lacrete, do Movimento Defenda São Paulo.

A SRA. LUCILA LACRETA – Boa noite a todos. Sou Lucila Lacrete, do Movimento Defenda São Paulo. Falarei primeiramente dos instrumentos propostos no Plano Diretor e que sequer foram discutidos. Em minha opinião deveria haver uma audiência pública só para debater a questão dos instrumentos porque alguns deles delegam para a iniciativa privada a função da desapropriação, que em nossa opinião é exclusiva do Poder Público, e outros projetos e decisões, que também em nossa opinião competiriam ao Poder Público, tornando a população cada vez mais vulnerável.

Outra questão importante diz respeito ao Plano de Bairro, no Capítulo 5, seção III, Plano de Bairro que deve ser feito por lei onde a população do bairro participe e possa alterar o uso e ocupação do solo para corrigir eventuais distorções daquele território. No Plano Diretor está por decreto e decreto não muda uso do solo. Então, o que está acontecendo é que o Plano de Bairro passa a ser um nada porque se não há prerrogativa de se fazer um projeto que consolide aquele planejamento acordado pela maioria dos moradores e usuários do local, é uma farsa. Então, não serve realmente para nada.

A terceira questão, em nossa opinião, é uma delegação indevida do dever de planejar e controlar o uso do solo da cidade pelo poder público. E digo isso porque os eixos de estruturação dos transportes abrangem um imenso território, são verdadeiras operações urbanas acumuladas em que a proposta do Plano Diretor é que, no dia de sua promulgação, seja alterado completamente o zoneamento pré-estabelecido nesses eixos, então o mercado imobiliário passa a decidir onde e quando construirá, sem que haja nenhum controle, nenhuma prioridade estabelecida pelo Executivo.

Então me parece um absurdo total que o Poder Municipal, que tem a obrigação de regular o território e o bom planejamento da Cidade faça essa delegação, que é ilegal e inconstitucional, para o mercado imobiliário decidir o que quiser, quando, como e onde quiser.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Tem a palavra o Sr. Afonso Lima, do Movimento Pelo Cinema Belas Artes.

O SR. AFONSO LIMA – Boa noite a todos. Começamos a ter problema com o Cine Belas Artes, que fechou em decorrência de um aluguel muito alto. Descobrimos que, na verdade, em termos de organização da Cidade, um cinema e um teatro são vistos como um comércio qualquer, sem desmerecer o comércio, claro. Então, começamos a pensar que, talvez, a união de vários locais onde ocorram atividades possa ser interessante. Por exemplo, descobrimos que os teatros independentes vivem numa situação terrível, porque o aluguel na Praça Roosevelt aumentou de R\$ 3 mil para R\$ 8 mil em questão de meses.

O nobre Vereador Nabil foi bastante sensível às nossas reivindicações e apresentou emendas ao Plano Diretor. Estou me referindo da Zona Especial de Preservação Cultural, dentro da Seção V. Será criada uma ZEPEC APC, uma Área de Proteção Cultural, de bens imóveis, porções de territórios, espaços dotados de usos, atividades, que tenham um valor simbólico, afetivo, histórico, paisagístico e artístico.

Para melhorar isso, estão sendo feitas algumas emendas ao Plano Diretor. No artigo 63, parágrafo IV, estamos sugerindo o seguinte: Caso o gestor tenha que cessar a atividade por algum motivo, a manutenção da transferência de potencial construtivo, ou seja, o proprietário tem o direito de construir esse potencial construtivo em outro local. Por exemplo, no caso do Cine Belas Artes, que perdeu o patrocínio e o cinema fechou.

Também a proposta é que tenha uma isenção de ISS e IPTU, condicionado a um plano de retomada da atividade, porque senão o proprietário continua utilizando esse potencial construtivo sem atividade cultural.

Além disso, tentar fazer com que esses territórios culturais, através do fluxo cultural, das redes de atividades entre esses vários espaços culturais, consigam equilibrar a isenção desses impostos, porque estamos tirando dinheiro do IPTU. Dessa forma, como fazer com que isso se torne rentável ao Município através dessas redes de atividades culturais e da divulgação, por exemplo, no turismo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Tem a palavra o Sr. José Eduardo Contreiras.

O SR. JOSÉ EDUARDO CONTREIRAS – Boa noite a todos. Peço a compreensão de todos, pois não sou orador, então vou ler um documento cujo título é: O Plano Diretor Estratégico de São Paulo e as próximas eleições.

Como conciliar interesses sociais, econômicos e eleitorais cada vez mais ambiciosos e urgentes diante do colapso da estrutura urbana atual e da insatisfação generalizada da população paulistana, fiel da balança das próximas eleições estaduais e federais? Seria necessário antecipar a estreia do principal legado da Copa, isto é, seu forte aparato policial de repressão a manifestações urbanas; ou, por outro lado, seria possível domesticá-las por cooptação ou pelo medo? Veja, por exemplo, esse último filme apelativo: Não podemos voltar atrás. A complexidade e a importância dessas articulações nesse momento decisivo em vários aspectos certamente não passam despercebidas da população, assim como a sua coincidência com a agenda de discussão do PL 688/13, o Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo, objeto da nossa discussão. Este que deveria ser instrumento técnico de planejamento participativo, com uma visão socioambiental integrada e de longo prazo, acabou se transformando na mão de estrategistas do jogo político das esferas municipal e federal num quebra-cabeças de marketing político-econômico a serviço de grupos exclusivos com interesses específicos e imediatos.

Só uma ressalva, eu não estou querendo atacar pessoalmente ninguém. Acho que essa discussão é muito importante, o Plano Diretor é fundamental para a formação da Cidade.

Seria um momento histórico de aperfeiçoarmos nossa democracia, não quero desqualificar o processo, enquanto princípios, de discussão. Mas, honestamente, tenho que manifestar essas críticas, uma vez que participei de diversas audiências públicas, não como representante de entidades, e presenciei várias discussões nesta Casa, mas nunca me manifestei.

Inicialmente, o Executivo apresentou um projeto que, de tão absurdo, fez com que a adoção de premissas básicas fosse elevada à categoria de conquista de grandes avanços. Na verdade, especialistas foram enfáticos nas reuniões da qual participei em afirmar que houve um retrocesso em relação ao Plano Diretor de 2002 no exercício da cidadania, na garantia dos controles e das políticas públicas nas áreas sociais.

Quase todas as páginas do Plano originalmente apresentado pelo Executivo e do substitutivo em tramitação tratam prioritariamente de assuntos relacionados com o setor da construção imobiliária. Os próprios técnicos da Prefeitura, responsáveis pela área ambiental, relataram a dificuldade para que se respeitassem critérios técnicos essenciais.

No projeto original do Executivo sequer foram citados instrumentos fundamentais que impusessem limites à ocupação desenfreada do solo, como, por exemplo, a carta geotécnica. Também foram esquecidos os equipamentos públicos, como lembrou o nobre Vereador Nabil Bonduki, que são fundamentais, e isso denuncia uma falta grave na elaboração original.

O SR. NABIL BONDUKI – Desculpe, mas não ponha palavras que não falei. Eu não disse que faltam equipamentos públicos. Existe um capítulo sobre equipamentos públicos sociais no substitutivo. O que falei é que esse capítulo pode ser aperfeiçoado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CONTREIRAS – Então, desculpe-me. Foi um mal entendido. Mas, por exemplo, os Correios, parece que não tinham lugares que não estavam previstos. Percebi alguns exemplos nas audiências públicas de que participei que não eram previstos equipamentos públicos essenciais.

O SR. NABIL BONDUKI – Depois a gente responde, mas realmente são citados

todos os equipamentos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CONTREIRAS – A contratação do centro de estudos da metrópole para a sistematização das propostas não corrige a inversão da ordem natural de elaboração de qualquer projeto dito democrático, isto é, o adiantamento na elaboração dos planos de bairros, planos distritais e regionais, assim sucessivamente.

Essa inversão transformou uma parcela dos atributos dessas instâncias em letra morta, frente a mudanças mais amplas de aplicação imediata, isto é, com a aprovação do Plano prevista para antes da Copa.

A agenda e metodologia das audiências vetaram a visão do todo dos fundamentos estruturais mais importantes para o entendimento dos problemas de planejamento da Cidade. Essas reuniões fragmentadas não favoreceram um entendimento completo do Plano. Adotou-se uma linguagem ambígua, com conceitos pré-fabricados, com jargões, em linguagem de fácil assimilação. Suprimiu-se o uso de termos e instrumentos técnicos fundamentais; omitiram-se informações básicas, como parâmetros previstos e critérios técnicos adotados para justificar os valores propostos, apesar de vários pedidos oficiais de esclarecimento.

Tudo foi jogado superficialmente sem continuidade. Ungiram-se os eixos de desenvolvimento de transportes como uma solução mágica, fundada em fórmula pétrea, para o adensamento construtivo, prioritariamente em áreas já saturadas. Porém, isso é muito grave, negando-se a apresentar estudos de capacidade e suporte. Espero que esses estudos sejam apresentados oportunamente.

Sem a aplicação desses instrumentos de planejamento de uso consagrado internacionalmente, não é possível prever os efeitos de um plano *grewling*(?) sobretudo numa metrópole sufocada por um processo de verticalização recorde e predatório e, por outro lado, pela negligência de gestões sucessivas com infraestrutura em geral.

Para encerrar, eu gostaria de lembrar as palavras do nobre Vereador Police Neto, que diz com veemência acreditar na democracia que colocou os 55 Vereadores na

incumbência de avaliar esse projeto. Dependendo do resultado dessa próxima votação, eu prefiro acreditar na democracia, que em breve irá tirá-los todos daqui.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Tem a palavra o Sr. Antonio José Braz, da Sociedade dos Amigos do Planalto Paulista.

O SR. ANTONIO JOSÉ BRAZ – O Planalto Paulista é uma das poucas zonas exclusivamente residenciais da cidade de São Paulo que representa, junto com as demais, somente 4% da área verde desta Cidade. Isso, há uns cinco ou seis anos, quando a gente teve essa informação. Agora deve estar menos, porque o avanço é desenfreado.

Fui surpreendido pelas palavras do nobre Vereador Nabil de que a zona exclusivamente residencial virou o primeiro tema polêmico da audiência da manhã. É uma surpresa, mas, por outro lado, acho que é o local apropriado a se discutir, já que é na Comissão de Saúde. E Zona Exclusivamente Residencial significa verde; verde é saúde e sustentabilidade. Então, Srs. Vereadores da Comissão, por favor, pensem nisso.

No primeiro contato que tivemos, as várias sociedades, com o Secretário de Desenvolvimento Urbano, com a presença do chefe do gabinete, foi dito claramente pelo Secretário Fernando que não devíamos nos preocupar porque as ZER permaneceriam. Além da permanência das ZER, imaginávamos que elas fossem ampliadas, e não diminuídas.

Na audiência do dia 15 de abril, da Comissão de Meio Ambiente, nesta Casa, foi dito claramente que ZER contribui para a qualidade de vida desta Cidade, apesar de ser só 4%. O nobre Vereador Nabil falou que o artigo 13 resolve isso. E o artigo 13 está na pauta novamente.

Então, essa audiência está tratando dos 4% das áreas verdes do ponto de vista de ZER e isso está suportado por estudos de arquitetos, técnicos renomados da Universidade de São Paulo, mostrando que ajuda a diminuir as zonas de calor e uma série de outros aspectos. Então, queremos registrar que a ZER tem de ser preservada e as medidas tem de ser mais

restritivas ainda do ponto de vista de vias coletoras, de vias de centralidade linear, enfim, temos de manter isso de qualquer forma.

Esse é o estoque verde da Cidade, por isso temos de ampliá-lo, incorporando nichos residenciais para se tornar ZER, e não invadi-las. Portanto, Srs. Vereadores da Comissão de Política Urbana, principalmente da Saúde, restrinjam a invasão das Zonas Exclusivamente Residenciais, vamos preservar e aumentar.

Chega de anistiar coisa irregular. Como o nobre Vereador Nabil afirmou, o processo nos deixou mais maduro para tudo isso, mas ainda não o suficiente, Nabil, para mobilizar e sensibilizar as pessoas desta cidade, porque nós precisamos enfrentar o desenvolvimento sustentável – isso não é uma palavrinha de mídia, é para fazer, senão vamos morrer todos juntos, abraçadinhos – e garantir a qualidade de vida na Cidade. É isso que nós queremos.

Por favor, Srs. Vereadores, mantenham as ZER, preservem as ZER, ampliem as restrições em ZER e vamos manter a qualidade de vida.

É isso que eu tinha para falar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Obrigado, Sr. José Antônio. Próximo orador o Sr. Teo Siqueira, da Associação Amigos Bairro City Caxingui.

O SR. TEO SIQUEIRA – Boa noite, como nosso amigo do Planalto Paulista acabou de falar, não vou me repetir, faço minhas as suas palavras, gostaria apenas incluir a questão do item 2, da emenda do Vereador Ricardo Nunes, nos colocando em oposição à inclusão de pequenos comércios e serviços nessas áreas exclusivamente residenciais.

Deixo um documento protocolado por 56 associações de bairros exclusivamente residenciais, destinado ao Vereador Nabil Bonduki. Neste documento propomos a manutenção integral das características desses bairros exclusivamente residenciais.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Obrigado. Próxima oradora Ienidis Benfati, da Associação Viva Pacaembu por São Paulo.

A SRA. IENEDIS BENFATI – Boa noite a todos, sou uma cidadã paulistana, antes de tudo, depois sou presidente do Conselho Deliberativo, da Associação Viva Pacaembu por São Paulo, que defende as restrições de uso e ocupação numa ZER. O nosso bairro não é só ZER, ele tem também zonas mistas.

Fiquei muito satisfeita e decidi vir a esta audiência pública específica, porque estaria aqui a Comissão de Saúde. Quero só dizer aos Srs. Vereadores e ao Secretário de Saúde que um bairro estritamente residencial contribui para a diminuição da temperatura no verão em até 4°, ou mais, não no próprio bairro, mas nos bairros do entorno. Nesta época de grande seca, ele aumenta em até oito pontos a umidade do ar, não em si mesmo, mas nos bairros adjacentes.

A nossa associação chama-se Associação Viva Pacaembu por São Paulo, porque acreditamos que se esse tipo de bairro sobreviver, contribui para a melhoria de qualidade de vida em São Paulo.

Mas sempre há - tem sido sempre assim, Nabil sabe disso - investidas comerciais sobre as ZER. Quem investe comercialmente dizendo: “Gosto de ZER, é importante, mas poderia ter lá uma lojinha, podia ter um comérciuzinho, podia ter um prediuzinho.”, não sabe o que está dizendo. Um comércio realmente ganharia muito ao se estabelecer numa ZER, ganharia em glamour, uma boutique chique no Pacaembu ou nos Jardins, sem dúvida ia faturar para caramba. Isso é o imediatismo do lucro financeiro.

Só que se esquecem que esse estabelecimento, seja ele de comércio ou serviço, traz impactos e parâmetros de incomodidade que inviabilizam a existência das residências lindeiras. São cargas e descargas, funcionamento até altas horas da noite, estacionamentos que se adensam pelas ruas residenciais e assim por diante.

O que é preciso, se forem inteligentes, é aumentar as restrições de uso e cobrar os parâmetros de arborização das zonas residenciais. Isso não é para quem está naquele bairro, mas para quem está na cidade de São Paulo.

Esta proposta é esdrúxula, inconsequente e perigosa. Flexibilizar para comércios e serviços visa única e exclusivamente o lucro financeiro imediato. Nós estamos com visão de longo prazo para qualidade de vida para a cidade de São Paulo, por isso, propomos a criação de mais ZERs, com as mesmas restrições, inclusive ZERs para população de poder aquisitivo um pouco mais baixo. Já existem ZERs para população de poder aquisitivo bem baixo, são bairros muito qualificados, porque o interesse econômico e financeiro de serviços e comércio neles não entrou.

O efeito dominó começa no primeiro comerciazinho, talvez necessário, ponho isso ente aspas, que detona com a casa do lado, com a do fundo, que fica inviável para residência, abre-se um novo comerciazinho e assim sucessivamente nós terminaremos com as ZER e com a oxigenação parcial da cidade de São Paulo, que continua fazendo o seu trabalho, apesar de a Controlar e da inspeção veicular não estar acontecendo.

A arborização e a permeabilidade desses bairros contribuem para melhor qualidade do ar e para menor número de enchentes. Eu gostaria que vocês pensassem em ZER como bairros de utilidade pública.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Obrigado. Próximo orador o Sr. Plínio Rangel Júnior, do Grande Conselho Municipal do Idoso.

O SR. PLÍNIO RANGEL JÚNIOR – Sou conselheiro do Grande Conselho Municipal do Idoso, a minha participação aqui será não cobrar de vocês, mas que pelo menos vocês se lembrem um pouco do idoso.

Olhando essa plateia que tem bastante idoso e futuros idosos, é importante que sejamos otimistas e de olhos abertos, se não fizermos isso vamos dançar. Hoje, a população idosa é bastante importante.

Para o Nabil, eu gostaria que você com essa veemência toda que tem em defender o Plano Diretor, defenda o Plano do Idoso. Se você defender o Plano do Idoso, a Secretaria do Idoso que foi vetada pelo nosso Prefeito e aprovada na Câmara, não estaria vetada. O Fundo do Idoso que foi criado já estaria regulamentado.

Peço para os Vereadores que nos ajudem a criar a Secretaria que é muito importante para os idosos atuais e para os futuros.

Com relação ao nosso amigo Paulo, que muito bem representa o Secretário, pelo menos participa das reuniões. É importante a sua participação. Você sabe que além de ser seu amigo sou bastante chegado a você, tem que ajudar a gente para que não faltem medicamentos nos postos.

Há quatro anos, aprovamos a reforma do Hospital Sorocabana e continua engatinhando, precisamos daquilo lá urgente. Lapa, Pinheiros e a zona Norte necessitam desse hospital que foi toda vida o apoio da gente. Esse é um pedido para o senhor levar para o seu chefe.

Muito obrigado. Fiquei honrado em participar dessa plateia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Obrigado. Próximo orador o Sr. Émerson Martins, da Amapar.

O SR. ÉMERSON MARTINS – Sou morador da Previdência, no Butantã, uma ZER, nascido e criado em São Paulo, é muito legal a oportunidade de estar participando aqui. A princípio parece pequeno o que vou falar. (Pausa)

- Orador sob forte emoção.

O SR. ÉMERSON MARTINS – Depois de ver o pessoal falando de educação e dos idosos. Em vim falar da ZER, moro lá, toda questão do calor que meus companheiros da Cidade falaram bem, não tem mais o que falar.

Agradeço a participação e que a gente trabalhe mesmo todos por uma cidade melhor. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Meu irmão, nós que agradecemos a você. Próxima oradora é a Sra. Leila Guiomar Rocha.

A SRA LEILA GUIOMAR ROCHA – Boa noite! Não sou oradora, não sou política, não sou. Apenas Munícipe, e atualmente vitima. Tenho várias questões e preciso de respostas. E tem mais gente esperando respostas, na verdade estou representando algumas pessoas. A

primeira pergunta, é que estudo e a base que fundamenta a liberação do aumento para 4 vezes a área da edificação nos novos empreendimentos ao redor do Metrô? Foi elaborado estudo que permite aumentar tanto assim a área de construção? Foi feito! No caso averiguar se a rede de esgoto comporta a rede de água, a circulação de via. Vou expor aqui um caso prático que está vindo agora desde o último plano, que foi da 13885/04. Num quadrante de 90 graus num raio de 200m – é bem pequeno – envolvendo apenas duas vias M3A local, estão em andamento 4 empreendimentos novos, em cima de uma saída de Metrô na zona Oeste, Vila Madalena. Nesse pequeno quarteirão, já constam dois edifícios, sendo que um a licença foi liberada nesse último plano de 2004, acabaram de construir. Os outros 4 estão em andamento. A circulação de caminhões é absurda. Vai começar a piorar, tem dois que estão em projetos, que serão liberados até setembro. E nós, moradores não queremos sair. Essas duas ruas tem apenas seis metros de guia a guia. Doze de portão a portão. Se o objetivo é aproximar a moradia do emprego e que na região central contém 65% dos postos de trabalho, e menos de 25% das moradias, porque as incorporadoras não vão adensar aquela em vez de ficar adensando o Metrô da Vila Madalena? Um dos empreendimentos é para construir quitinete, menos de 500 mil não vai ficar aquela quitinete. Pergunto, porque já andei na Prefeitura, no Ministério Público, estou andando em tudo. Quero saber quem vai proteger os moradores? Como vamos fazer para aguentar e arcar com tudo isso, inclusive com as rachaduras? O Metrô é um bem público, e as rachaduras do Metrô, ninguém está vendo nada? Ninguém participa? Tem algum órgão fiscalizando isso? Estamos a mercê das incorporadores. Na verdade assim: cai de paraquedas em uma audiência pública, não estava ciente de nada, não entendia nada, só queria saber o que estava acontecendo. Descobri que esse erro, já vem desde outro Plano. A região de adensamento, qual foi o estudo que está baseando que esse adensamento tinha de ser estendido para as outras áreas, além da área central. Esses índices que falo, de 65%, menos de 25% foram dados lá naquela audiência pública. Não fui eu quem inventei. Se lerem os materiais, ver o que estava sendo discorrido na tela, inclusive peguei de

uma tela que apareceu lá, não é invenção minha. Essa pergunta é em que fundamenta. Segunda, quero saber como podemos nos proteger, se isso pode, se tem como breçar essa última licença, pelo menos, da quitinete alto luxo, é incabível isso. Depois que aprovar o Plano, vai piorar ainda, a área que sobrou, vão construir quatro vezes ainda, mais, o que está lá. E outra questão é a reivindicação que seja colocada o estudo, antes de liberar a licença e que esse estudo, seja feito por órgão público, com a participação do bairro. Agradeço oportunidade de estar aqui, inclusive esse governo, novo, que está propiciando a gestão participativa, esse é o maior exemplo de democracia. Tenho orgulho disso e parablenizo, esta faltando o Orçamento participativo, que era feito no Rio Grande do Sul, é um exemplo para o mundo e tenho certeza que todos estão com a melhores das intenções e que, podemos ter sido vitima no passado de algumas organizações, de pessoas ou entidades que se organizaram e o povo não estava organizado. A organização do povo também vai pela educação. Uma das políticas públicas seriam aumentar o grau de participação do popular com maior disseminação. Porque fiquei sabendo dessa vez e de 2004 não fiquei sabendo. Fiquei sabendo por meio do Metrô, Ônibus, internet. Vocês estão de parabéns! Dessa vez quem não veio, porque não quis. Agradeço e coloco essa reivindicação quero uma emenda, que seja feito estudos de impacto em relação a rede esgoto, água, circulação de vias, antes de liberar qualquer licença de construção para a incorporadora.

Inclusive com a participação popular do bairro afetado. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Coma palavra o Luiz Carlos Bosio, do Instituto Conviver.

O SR. LUIZ CARLOS BOSIO - Temos nos dedicado ao melhoramento das relações entre seres vivos e, já participamos de Governo, trabalho na Secretaria da Pessoa com Deficiência, na gestão Kassab, e tem uma preocupação no Instituto em trabalhar a questão da renda. Tenho dito isso a alguns vereadores, hoje pela manhã na audiência publica, comentei, São Paulo produz uma renda média por habitante de 1300 reais, dados do Sead.

Temos na cidade, perto de 12 milhões de habitantes para viver com maior dificuldade num processo de Mistanásia, que é o alto abandono da sociedade, o abandono de si mesmo. E 1522km², e a pergunta que fica Srs. Vereadores, onde, na previsão do Plano, para 18 anos, vamos colocar por ano mais 30 mil novos nascidos na Cidade de São Paulo e mais a corrente migratória que chega com uma previsão de 2040, de 18 milhões na Cidade de São Paulo vivendo o mesmo espaço geográfico. Com que qualidade de vida? Essa questão. Quando falamos em transferência de renda, ouvi aqui democraticamente, muitas pessoas defendendo naturalmente seu espaço de renda, temos uma preocupação em que, ao se manter esse espaço aqui tratamos do expurgo social das pessoas que vivem na periferia da cidade com uma má qualidade de vida, onde a dificuldade, de se estabelecer um convívio melhor com a sociedade que tem dinheiro é muito grande. Essas pessoas vivem lá, essas pessoas estão presentes no mecanismo econômico da cidade, sem produzir, nada em relação a produção das pessoas que vivem no miolo da cidade. Bairros, como, o que eu moro atualmente, estou lá há dez anos, que é a Bela Vista, no entorno dessa Câmara, estão se degradando gradativamente, por falta, talvez de investimento social do próprio morador. Eu próprio confesso, que não invisto onde moro. Não tenho condição de fazê-lo. E não acho que o Poder Público também deva fazer. Por isso defendo que o dinheiro no bolso é a melhor iniciativa que qualquer governo, ou instituição social, qualquer pessoa pode dar a qualquer outra pessoa. Com dinheiro no bolso fazemos qualidade de vida. Sem dinheiro no bolso nos tornamos subserviente social e na subserviência social, nos tornamos expurgados da sociedade, economicamente ativa. Quero que isso fique gravado nas mentes dos senhores e deixo aqui essa mensagem porque vou encaminhar, não como uma proposta de substitutivo, mas com uma proposta de estudos, a questão econômica e transferência de renda nos 1522km² dessa Cidade de São Paulo, e vamos ter agora, no segundo semestre, a questão do orçamento para o próximo ano e isso preocupa muito mais de como vamos implementar esse plano rigoroso e belíssimo que o PDE sem dinheiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Com a palavra o Sr. João Pedro Rosem.

O SR. JOÃO PEDRO ROSEM – Sou conselheiro da saúde, pela subprefeitura de Pinheiros, agradeço a presença do nosso Secretário de Saúde, Paulo Putini e a todos os presentes. O que me levou a colocar essas emendas foi o fato de que ano passado, em Pinheiros, fecharam o Albergue feminino. Colocando 50 mulheres em situação de rua, na rua. e acredito eu, se existe uma população mais vulnerável da cidade, é a mulher em situação de rua. Ela vítima de toda uma violência, de maus tratos, do clima, etc...Na época fui até a Operação Urbana Faria Lima, no escritório deles, a qual arrecadou durante seu tempo de duração 5 bilhões de reais, e tem atualmente 800 milhões de reais, em caixa, e pedi gentilmente que eles providenciassem um abrigo, para essa população mais vulnerável do planeta, que é a mulher em situação de rua. Qual não foi minha surpresa, ao ouvir deles: “Sr. João Pedro, a Operação Urbana, não contempla equipamentos sociais. Como? Cinco bilhões 800 milhões em caixa e vocês não vão contemplar um equipamento social para a população mais vulnerável que tem. Não! Só podemos fazer avenidas, pontes, viadutos, praças. Eu disse: então tá errado. Para que cobrar CEPAC para isso? Esse dinheiro tem de vir para a população. É, mais infelizmente não podemos atender. Venho aqui hoje pedi gentilmente ao nosso nobre relator do Plano Diretor, que incorpore no atual Plano Diretor as três palavras principais, para que a outorga onerosa e o CEPAC possa contemplar que são equipamentos públicos sociais. Nos Art. 105, 107 e 315 inciso 4, o qual esqueci, por um lapso, muito bem lembrado por um colega hoje, que fosse incluso essas três palavras: equipamentos públicos sociais para podermos ter acesso ao dinheiro do Fundurb. Ai poderíamos ter acesso a esse dinheiro das operações urbanas, para construção de UBS, creches, escolas, EMEIs, albergues e outros equipamentos importantíssimos para o desenvolvimento social humano. Por gentileza, Presidente Calvo, constrói se conjuntos habitacionais e esquece que lá moram pessoas, que precisa de UBS, de escolas, creches. Está contemplado? Agradeço. Quais artigos? Todos!

O SR. NABIL BONDUKI – Artigos 126, 127, até 131.

O SR. JOÃO PEDRO ROSEM – Art. 315 consegue colocar? Fundurb! É o mais importante.

O SR. NABIL BONDUKI – Deve estar aqui: inciso 4º, implantação de equipamentos urbanos e comunitários espaços públicos, lazer e áreas verdes.

Aliás, maior parte das coisas que muita gente falou aqui, está previsto no Plano. Pouca gente leu com cuidado, inclusive o senhor, José Eduardo. Desculpe-me, mas eu tenho que ouvir calado algumas coisas que, realmente, só a democracia e o espírito democrático que garantem ouvir coisas como são faladas, por pessoas que não leram, não conhecem o assunto.

Está escrito no 315, na Operação Urbana. Na Operação Urbana Água Branca, que foi aprovada aqui, foram previstos seis ou oito equipamentos sociais, a que foi aprovada em setembro.

O SR._____ - É que a ideia toda Nabil.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - É isso mesmo, concordo com você. Só que está previsto, então a gente fica em situação difícil, porque tem que ouvir coisas.

O SR._____ - Eu fico a esperar dos nossos Vereadores.

O SR._____ - Acho que a saúde e a educação agradecem muito essa inclusão.

O SR._____ - Fico esperando dos nossos Vereadores uma lei complementar para dizer depois quantos por cento vão para a saúde, para a educação, para cultura, dentro do dinheiro da outorga onerosa e das Cepacs. Vocês poderiam fazer isso, nobres Vereadores? Depois da Copa, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Vamos lá.

O SR._____ - Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – A próxima é Renata Esteves, da Sociedade Moradores do Butantã.

A SRA. RENATA ESTEVES – Boa noite a todos, aqui já foi repetidamente dito a importância das ZERs para a cidade de São Paulo. Realmente, no artigo 13, do substitutivo, está dito que é objetivo de ordenação do território exatamente a manutenção das zonas estritamente residenciais.

Contudo, há uma emenda do Vereador Ricardo Nunes que, alterando esse inciso 2º, diz o seguinte: ele coloca uma vírgula, e acrescenta: “, manutenção das zonas estritamente residenciais com a criação, quando necessário, de pequeno comércio e prestação de serviços em equilíbrio com os usos residenciais.”.

Foi repetidamente aqui protocolado, em diversas ocasiões, em diversas audiências públicas, o documento que se chama exatamente Manifesto pela Preservação das ZERs. Foi mencionado pelo nosso colega do Caxingui que o trouxe novamente.

Eu acho que talvez tenha sido o documento mais protocolado em audiência pública, ele é repetidamente apresentado e é assinado por 55 entidades. É um número muito expressivo de associações de ZERs.

Dentre essas ZERs, nenhuma delas pretende que haja a criação, quando necessário, de pequeno comércio e prestação de serviços. Elas pretendem, como diz o texto original, que haja manutenção das Zonas Estritamente Residenciais.

Me ocorre que há ZERs na Cidade com características muito diferentes. Tem, por exemplo, a ZER da Vila Maria Zélia, na zona Leste, que é uma área industrial tombada; tem a Vila Noca, que fica no portão do Aeroporto de Congonhas; também tem o bairro do Jardim Europa, por exemplo. São ZERs com características completamente diferentes.

Me ocorre que se eventualmente há alguma ZER que se interesse em não ser ZER, tem todo o direito de solicitar isso na época própria. No meu bairro, na City Butantã, aliás, na região do Butantã, tivemos a primeira subprefeitura que inaugurou as discussões para alteração da lei do zoneamento. Então também me ocorre que se a ZER que pretende ter mudança de zoneamento no seu entorno, dentro dela, ou seja lá como for, deva ter o meio

próprio, que é, na ocasião, a lei do zoneamento, para poder solicitar o que ela achar mais próprio. Mas não acredito que o pretenda uma ZER especificamente possa contaminar de alguma maneira o que um número tão expressivo de ZERs pretenda que se mantenha para o bem cidade, como já disse a Iêndes, do Viva Pacaembu.

Muito obrigada.

P – Tem a palavra a Sra. Maria da Guarda da Rocha, do SindSaúde-São Paulo.

A SRA. MARIA DA GUARDA DA ROCHA – Gostem que me chamem de Rochinha. Eu sou do SindSaúde-São Paulo, e também sou de uma comissão constitutiva mista do Iamspe, onde acompanhamos de perto a saúde no Estado inteiro. Falarei somente da saúde no Município, mas a saúde está um fracasso no Estado inteiro.

Muitos falaram de qualidade de vida. Mas, para se ter qualidade de vida, é preciso ter saúde. Para ter saúde, é preciso ter saneamento básico, esgoto, senão não temos saúde. Estamos aqui para falar de saúde, mas, primeiro, queria ressaltar algumas falas que foram feitas, que me contemplaram, mas eu preciso falar.

Eu não estou aqui defendendo política partidária, eu estou aqui para falar de saúde e do Grande Conselho Municipal do Idoso. E criança tem de ser tratado rapidamente quando fica doente, assim com idoso, porque está terminando a vida, está no fim, então precisa ter muito cuidado porque qualquer pancadinha quebra.

Eu não saudei a Mesa, né? Quero saudá-la, na pessoa do Vereador Calvo, os demais Vereadores, bem como saudar aqueles que vieram representantes autoridades máximas, que merecem o nosso respeito.

Não estou aqui para falar de partido, pelo seguinte: cada Vereador aqui desta Mesa tem um partido, mas todos eles são Vereadores de São Paulo, do Município, são nossos Vereadores. Por isso, temos de pedir a eles, pois são eles que fazem o projeto, que aprovam, enfim, eles que nos ajudam.

Ouvi algumas palavras até muito pesadas, e não fiquei muito contente. Eu sou aposentada de um local... Eu nunca votei nesse partido, mas respeito quando está lá governando, administrando São Paulo. Eu brigo, vou para cima, mas tem de ter respeito nas palavras. E eu acredito é no povo unido, em cada um de vocês que estão vindo aqui para trazer as suas reivindicações, as suas queixas, pois é assim que conseguimos as coisas.

No Hospital do Servidor Público eu participo de uma comissão que vai completar 30

anos. Já recebi várias plaquinhas, porque estou lá desde a primeira. Mas, para mim, isso não adianta, porque o que me interessa mesmo é ver as coisas acontecerem.

Foi inaugurado um pronto-socorro muito lindo para os idosos, mas isso não veio de mão beijada, pois foi fruto de uma luta muito grande, de discussões onde mostramos o que o idoso precisava, que o hospital estava fora de moda para idoso. Isso porque o hospital foi construído na época em que todo mundo era criança, mocinho, e agora ficaram todos velhos. As atendentes estão todas arrebitadas de tanto empurrar cadeiras naquelas rampas. E agora está modernizando o hospital.

Estou falando essas coisas porque antontem foi lida na Comissão do Idoso de que foi inaugurado o Pronto-Socorro do Hospital do Servidor. Inaugurou mesmo, muito bonito e muito bom, mas não veio de mão beijada, pois foi conquistado com a luta dos trabalhadores, com a luta da população que usa aquele hospital. É uma comissão com mais de 152 entidades ali representadas, e todos nós pedindo o que é bom para o povo, o que é bom para aqueles que contribuem, e aconteceu. E é isso que temos que fazer: pedir saúde de verdade para o povo. Nós não queremos remédios, nós queremos prevenir as doenças, para que ninguém fique doente, porque, depois, é difícil ser tratado, e, depois que fica doente, um minuto por 12 é dez, e chega lá fica sentado, não tem condições de esperar. Aí o paciente fica internado, sujeito a uma infecção. O que nós queremos é prevenir doenças.

Em nome do grande Conselho Municipal do Idoso, e aquilo que o Plínio Rangel falou: sinto muito quando os parlamentares da Casa atenderam nosso pedido, votaram e criaram a Secretaria Municipal do Idoso e aí o nosso Prefeito veta.

Um rapazinho veio falar aqui. Ele, que é jovem, se emocionou. E eu também me emocionei junto com ele. Isso é porque ele tem coração, amor, prestou atenção em tudo que foi falado aqui. Aquela senhora veio aqui e falou das crianças, da creche, da escolinha. Nós precisamos de creches, escolas. E ela falou também de horário das crianças – as crianças permanecerem na escola o dia inteiro, porque, senão, fica na rua, jogada, aprendendo coisas erradas. Eles não são marginais, mas eles ficam marginalizados, e depois vai ter que ter cadeias para eles. Não é isso que nós queremos; o que queremos é cuidar da criança e do idoso.

O Vereador ali falou, acho que foi o que saiu, que a Cidade não pode ir para a periferia, a periferia é que tem que vir para cá. Só que ele tem que lembrar que, na época das eleições, a Cidade vai para a periferia em peso para pedir voto. Isso é que tem que lembrar.

(Palmas) A Cidade sai daqui e vai para a periferia. E são poucos que lembram que tem que ir lá perguntar como é que estão, o que estão precisando. Nós, que representamos, encabeçamos as eleições e vamos lá pedir votos, recebemos cobrança todos os dias: “Cadê o seu candidato, que eu votei nele, que você veio aqui fazer o trabalho?”, e nós dissemos “Não, está andando, vai chegar até aqui”. Nós ficamos sempre tampando o sol com a peneira. E vamos continuar a fazer isso, porque se não fizermos assim será pior para nós.

Eu não estou aqui dizendo que quero encaminhar uma emenda, mas quero lembrar algo ao Vereador Nabil. O senhor não me conhece, mas eu participei das plenárias da sua campanha, junto com o Nubui e o Vítor. Eu acredito em você. Nobui disse: “Nabil vai atender nosso pedido”. Mas eu também tenho um grande amigo ali, lá na ponta da mesa, que nos atende desde a Assembleia Legislativa, e é alguém em quem acredito muito. E falando nisso, acredito em todos vocês, porque o Calvo é muito meu amigo. Ele não sabe, mas eu gosto muito dele. Não estou aqui para dizer aos senhores que vamos encaminhar uma emenda para que inclua no Plano Diretor o Grande Conselho Municipal do Idoso. Eu quero acreditar que vocês farão essa emenda, porque os idosos merecem, porque os idosos sabem o que quer, votam, e não precisam pedir, pois eles contribuem muito. E eu acredito que os senhores vão sair daqui pensando o que eu estou falando: é um número muito grande... São Paulo envelheceu, o Brasil envelheceu. Tem um grande número de idosos, mas todos eles com cabeça boa, sabendo o que quer. Acreditem nisso, senhores Vereadores, e façam a emenda que inclua os idosos, porque temos muito a contribuir com vocês. Não precisamos pedir, pois é uma obrigação que nós temos, como conselheiros, trazer essa reivindicação, porque nós precisamos disso. E eu acredito nos senhores que estão aqui.

Com relação à saúde, quero lamentar a exclusão do CEU de Cidade Dutra, porque eu acompanho e ali tem um bom trabalho – na Cidade Dutra e no CEU Alvarenga. Não sei por que deixaram para fora, porque todos lá trabalham pela criança, pela idoso, pelo adulto. Eles têm um bom trabalho e merecem respeito.

Muito obrigada. Um abraço a todos vocês. E pensem nos idosos, que nós já estamos cuidando de vocês no amanhã, porque vão envelhecer, se Deus quiser, não vão morrer jovem.

P – Tem a palavra o Sr. Christian Bojlesen, do Movimento Reurbe Santo Amaro, Movimento ZER Legal.

O SR. CHRISTIAN BOJLESEN – Já que eu estou aqui para ser fuzilado, vou ser

fuzilado aqui de cima. Eu sou o Christian Bojlesen, do Movimento ZER Legal e do Movimento Reurb Santo Amaro.

Vou direto ao ponto: concordo quanto ao fato de que existem muitas ZERs diferentes. Existem os bairros City, com lotes amplos, arborização no terreno, que cumprem a impermeabilidade do solo de 30%, e tem muitos que estão no outro espectro, onde toda a arborização dos bairros são viários, as casas não cumprem a permeabilidade definida em lei. E justamente esse é o ponto que discutimos, e que não vamos poder discutir na próxima etapa.

Já tem uma Adin usada no passado, tá certo que em circunstâncias totalmente diferentes. E por não concordar com tais circunstâncias eu resultaram nessa Adin, é que nos tornamos um movimento separado de outros do bairro. Mas foi usado esse mesmo argumento: “Ora, se o Plano Diretor tem supracia sobre os planos setoriais e se o Plano Diretor determina que a macroárea de urbanização consolidada defini a não verticalização no inc. I, e, no inc. II, a manutenção de zona estritamente comercial, você não pode se contrapor ao Plano Diretor”. Qualquer alteração que houver, mesmo que supostamente uma ZER não quisesse ser ZER, é contestado judicialmente por uma Adin que veio lá do passado e tramita até hoje, não teve um desfecho.

Gostaríamos muito que todos vocês pegassem, na parte da manhã, a audiência realizada. Foi o oposto daqui: muitos moradores de ZER. E os pontos tocados foram sempre nesse sentido. Ninguém aqui é contra ZER; pelo contrário, todo mundo que falou é morador de ZER. O que se questionou aqui foi o papel do Município como indutor dos problemas. Foram criados lá atrás corredores de uso especial, alguns dos quais vigoraram por 30-40 anos. Depois que foi consolidado esse uso, de uma hora para outra simplesmente se reverteu e se queria, como que por mágica, que voltasse a ser ZER. Não é o que acontece até hoje. As pessoas que estão lá instaladas, que alugam, não sabem que mudaram, acham que eles estão em corredor. Essa é a questão. E por culpa de uma meia dúzia, hoje em dia você tem corredores que são totalmente legais, que foram legalizados com ideias de “ah, não, aqui são *show rooms*”, que descumpriram a lei, funcionaram por liminar, que subornaram fiscais para estar lá, e você tem os corredores legítimos que estavam lá estabelecidos por lei, e que hoje cumprem seu papel. Tem lá o corredor Z8-CR5 (?) que continua até hoje: um lado é comercial, o outro lado é de serviços, e as pessoas continuam cumprindo. Essa é a nossa questão.

Acho que sou até u pouco inocente nesse aspecto, porque eu já li o manifesto de defesa das ZERs, li todas as audiências, sei que foi argumentado em 2004 que esses

corredores eram os cavalos de Tróia das ZERs, que eles naturalmente seriam implementados e destruiriam as ZERs. Mas, por outro lado, eu penso inocentemente até. Se, dez anos atrás, fosse falado que ia ser criada uma lei pela qual as pessoas iriam parar de beber e sair dirigindo, ou uma lei pela qual todas as pessoas fossem impedidas de fumar dentro de estabelecimentos, e que essas leis iriam ser cumpridas, e que, efetivamente, mudariam o comportamento das pessoas, tenho certeza de que todo mundo aqui também iria rir.

Essa é mais ou menos o nosso posicionamento, e continuamos sempre abertos para discutir qualquer dúvida que vocês tenham.

Obrigado.

P – Tem a palavra o Sr. João Maradei, da Associação Ame Jardins.

O SR. JOÃO MARADEI – Eu sou o João Maradei, da Associação Ame Jardins, dos Jardins América, Europa, Paulista e Paulistano. Boa noite a todos.

É difícil falar por ultimo, mas muitos dos colegas aqui já disseram muito sobre ZERs. Temos a reforçar, na verdade, essa questão da preservação.

Temos visto nos nossos bairros uma incidência muito grande usos irregulares, obras irregulares, e o Poder Público não as combate. E isso tem degradado, dia após dia, a qualidade de vida e as características dos bairros.

Hoje fomos surpreendidos pela emenda do nosso Vereador Ricardo Nunes, pela qual o art. 13, inc. II, ele acrescenta, como disse a Renata Esteves, a manutenção das zonas estritamente residenciais, algo que consta do projeto, com a criação, quando necessário, de pequeno comércio e prestação de serviço em equilíbrio com os usos residenciais.

Se hoje temos as zonas de centralidade, que, por mistério, vemos desrespeitado... Sabemos o que acontece. Mas vemos diuturnamente serem desrespeitados esses usos. Mesmo estando na legislação, você vê na Av. Europa, por exemplo, uma loja de venda de motos, algo que é proibido. Questionei isso à Subprefeitura de Pinheiros há quatro anos, e, até hoje, não tive resposta.

Fora as zonas de centralidade linear, temos, para dentro do bairro, casas travestidas de exposição na Groelândia, travestidas de centro de exposição, fazendo eventos até uma, duas horas da manhã. E não há nenhum tipo fiscalização.

Ontem estive com o Subprefeito, até uma pessoa de bem, um dos melhores subprefeitos aqui de São Paulo, mas de mãos atadas, e não há uma eficiência, talvez pela conduta do Prefeito, que já disse não gostar dessa nossa região. Aliás, já verbalizou não gostar

da nossa região. E vemos, com o sumiço de CET, sumiço de Guarda Civil Metropolitana. Por isso que nós nos emocionamos, e vale se emocionar mesmo, porque nós amamos São Paulo e queremos uma cidade preservada.

Vereador Ricardo Nunes, temos, na região dos Jardins, 8.437 árvores mapeadas pelo IPT em área pública, mais de 42 praças, e nós precisamos preservar. Vou até corrigir o nosso amigo Brás: não são 4%, são 3,92 de área, então é menos de 4%. Estamos querendo acabar com uma área que só tem a beneficiar a Cidade inteira. A Lênides já falou da questão da diminuição da temperatura, já falamos da permeabilidade. Quer dizer, todas as características de uma área pequena da cidade de São Paulo. E talvez, por uma emenda, consigamos destruir essa parte pequena que contribui com a qualidade de vida não apenas desses bairros, e que são vistos como bairros de elite. São 55 entidades das mais diversas regiões da cidade de São Paulo – rico, pobre... Aliás, essa questão de rico e pobre é uma questão que o PT vem trazendo para um conflito entre rico e pobre que eu não tenho entendido muito bem.

E para completar, tem a questão da participação: temos um manifesto que não foi considerado; embora 55 entidades tenham subscrito, não foi considerado. O Prefeito não nos permitiu participar de uma audiência pública, quando subiu num carro de som e incitou manifestantes a virem aqui para a Câmara Municipal, e nós, que participaríamos da reunião aqui, tivemos de sair correndo. É esse tipo de democracia que nós queremos na nossa cidade? (Palmas)

De qualquer forma, clamamos aos Vereadores que considerem a preservação das ZERs. As áreas de transição, como foi falado aqui, são importantes para a preservação das nossas ZERs. E quanto a esses pequenos comércios, o fato é que não sabemos o que irão se tornar essas áreas residências, porque não teremos fiscalização, e assim vamos acabar com as nossas ZERs.

Era isso. Muito obrigado pela atenção. (Palmas)

P – Nós já temos esse manifesto aqui na Comissão, e o grupo está analisando ainda.

O SR. NABIL BONDUKI – Não, isso já foi considerado.

P – Eu quis dizer que está sendo ultimado ainda; não foi fechado.

Tem a palavra o Sr. Fernando Escudeiro.

O SR. FERNANDO ESCUDEIRO – Meu nome é Fernando Escudeiro, sou apenas

um cidadão comum, não represento nenhuma entidade. Primeiro, gostaria de agradecer pela oportunidade de expor algumas ideias.

Meu assunto principal são as ZEIS que foram bastante ampliadas, um instrumento muito necessário para a cidade de São Paulo, só que desde o plano anterior vieram algumas falhas acontecendo. Por exemplo, a ZEIS 3 que foi demarcada em várias áreas e muitas delas, pelo levantamento que estou fazendo, são indústrias que estão instaladas nos locais há mais de 15 anos, às vezes 40, 50 anos. Ou seja, indústrias que vem gerando emprego, renda para o Município foram grafadas como ZEIS e a intenção é expulsá-las do imóvel.

Então quero entender por que foram essas indústrias grafadas como ZEIS, sendo que elas não possuem as características que o plano diretor determina para uma ZEIS 3. E nessa ampliação que foi feita vi algumas coisas que achei um pouco absurdas, como por exemplo, aqueles prédios da Eztec, na Imigrantes, na saída de São Paulo, viraram ZEIS 3. Não entendi o porquê disso. É um prédio consolidado, de classe média, por que grafar como ZEIS 3? Para colocar na mídia que tem tantas áreas demarcadas como ZEIS? Aquilo nunca vai virar uma habitação de interesse social. E junto dessas, várias outras áreas que não vão virar habitação de interesse social, porque não tem esse papel. E o entorno delas não possui as características que estão no plano diretor.

Então uma proposta que gostaria de fazer seria que as ZEIS fossem demarcadas conforme o conceito delas no plano diretor, para que sejam efetivadas. Não adianta marcar ZEIS, falar que tem um milhão de metros quadrados em ZEIS, porque essas áreas não vão virar áreas para habitações de interesse social, além disso, os imóveis valem muito mais. Não vão desapropriar e em contrapartida o Município fica travado. Não pode desapropriar um imóvel vizinho porque o que está em ZEIS é aquele.

Em contrapartida há muitos imóveis em ZM que são irregulares, são pequenos e que o uso não é permitido, o imóvel não respeita a legislação urbanística e o custo de desapropriação e a função de virar uma habitação de interesse social seria muito mais útil e mais fácil de executar. Essa é a primeira crítica.

A segunda é com relação ao plano diretor de uma maneira geral, porque esse plano diretor desvirtua muito os assuntos aqui tratados. As reclamações aqui feitas mostram muito isso. Ele tentou tratar muito do zoneamento de São Paulo e esqueceu questões importantes, por exemplo, como vai funcionar a Saúde e a Educação. Há diretrizes genéricas, mas o plano diretor não é para trazer só diretrizes genéricas, tem de ter coisas mais empíricas como: qual é a população, quantas creches por habitante são necessárias, quais as regiões que precisam de mais creches, qual a demanda de São Paulo por creche, que é enorme. Ou qual a demanda por postos de saúde, que tipo de postos de saúde que a Cidade precisa, hospitais com tomografia e tudo mais ou ambulatórios, postos onde se verifica uma pressão, coisas desse tipo. Quais imóveis poderiam estar nessa situação.

Ao invés de pensar nessa parte, o plano diretor se dedicou a demarcar as ZEIS, falar de potencial construtivo, demarcar o Arco do Futuro, coisas que competem à lei de zoneamento que será discutida num segundo momento. Seria interessante que as propostas feitas visem, direcionem o conteúdo do plano diretor para o conteúdo que teria de ser dele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Obrigado, Luiz. Acabaram os inscritos. Tem a palavra o Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Quero falar sobre algumas questões. Evidentemente um plano diretor é muito complexo, muito grande, e como vários ressaltaram aqui, ele mobilizou um amplo debate na Cidade, com ampla divulgação que, inclusive, fez com que muita gente que normalmente não discutia o plano diretor passasse a discutir.

Então acho que isso é importante, o que também torna muito mais difícil fazermos uma discussão sempre com certo nível de aprofundamento, o que é necessário nesse tema, porque há questões mais gerais, que é possível discutir com um público mais amplo que não é de especialistas. E há questões que são de especialistas e que, às vezes, ficam em segundo plano porque não é possível aprofundar numa audiência desse tipo.

E há muitos assuntos que são específicos que não vou tratar com a profundidade necessária porque não teríamos tempo, mas quero chamar atenção para alguns pontos que me parecem importantes. Primeiro, acho que tem muito a ver com esta reunião, inclusive, com a cobrança última que o Fernando Escudeiro fez aqui sobre a questão de políticas setoriais na área social de Saúde, Educação e Cultura.

O objeto específico do plano diretor é a organização territorial, o que implica em pensar a estrutura urbana da proposta para a Cidade. Há aspectos territoriais importantes que lidam com habitação, meio ambiente, mobilidade, uso do solo, que são trabalhados de maneira mais aprofundada, definindo os instrumentos, as políticas, e o debate no plano diretor se dá fundamentalmente em torno dessas questões.

As questões relacionadas à Saúde, Educação e Cultura são tratadas no plano diretor, sobretudo na sua interface com as questões territoriais. Esses assuntos são importantes de fato. Por exemplo, a área de abrangência de um equipamento, as áreas onde há deficiência de equipamentos, e talvez o projeto pudesse ser um pouco mais preciso, mas quando se define uma macroárea de redução da vulnerabilidade social, está exatamente definindo no território qual é a região prioritária para a implantação de equipamentos sociais, que são as áreas carentes de equipamentos. Enquanto a macroárea de urbanização consolidada é uma área onde temos rede de equipamentos mais estruturada.

É claro que podemos ter carências, como o João sempre fala, num bairro como Pinheiros, Vila Madalena, mas quando olhamos o conjunto do Município, as áreas de vulnerabilidade social são as áreas prioritárias. Por isso São Paulo tem até três níveis de escala de planejamento. A escala geral do Município que pensa grandes áreas de carência, no caso de equipamentos e depois o plano regional vai dentro de cada subprefeitura definir quais as áreas mais vulneráveis e eventualmente, as subprefeituras que estão nas áreas de urbanização consolidada, se há pontos de carência que devem ser observados, e que estão num segundo nível de detalhamento.

Então acho que esse entendimento precisa ficar claro para que a gente não espere do plano diretor mais do que ele possa tratar no que diz respeito a essas políticas, porque a política específica de Educação, de Saúde e de Assistência tem fóruns próprios. Acho que esse é um equívoco do plano de 2002, que foi o primeiro plano diretor da Cidade desde 1971, que introduzia um conjunto de aspectos e quase sintetizou aquilo que vinha das demais políticas sociais.

Só que passados esses 10 anos, os conselhos que existem, de Saúde, de Educação, de Assistência, o Conselho de Cultura que será instalado e todas as outras instâncias próprias, tornariam impróprio entrarmos nessa discussão da política de Saúde. Hoje está aqui o Secretário e representantes das várias áreas sociais para reforçar um pouco essa concepção, porque imaginem se no plano diretor agora estivéssemos discutindo as políticas de atendimento de Saúde, ou os currículos das escolas, ou questões que fossem específicas dessas áreas que não têm nem o fórum e nem os interlocutores, os conselheiros, professores, a população demandatária que estava mais focada nisso.

Por isso, estamos tratando principalmente das áreas relacionadas ao meio ambiente, à mobilidade, habitação, uso do solo, que são os interlocutores que têm tratado, estado presentes e participado do processo de debate. Isso não quer dizer que o assunto saúde, equipamentos de saúde e educação não são tratados. Eles devem ser tratados na sua questão de especialidade e temos um título inteiro para esse assunto. Ele pode ser melhorado, mas está tratado e acredito que temos também uma série de instrumentos de política urbana de como se raciocina um território e que equipamentos são necessários, os instrumentos de política urbana estão, inclusive, provendo recursos para a implantação de equipamentos. Na regulamentação das operações urbanas, no Fundurb, há previsão de recurso para equipamentos e na área de política de habitação diz que os projetos habitacionais devem ser realizados com equipamentos sociais, desde que haja escala para isso, de modo a poder contemplar uma visão mais integrada.

Também, a visão de equipamentos integrados está tratada, tanto que o capítulo de equipamentos que está no título três, inclusive, tem esse título – não vou achar aqui agora -, mas a partir do artigo 281 vamos tratar. O senhor que é do Conselho do Idoso, são inúmeras as citações do plano diretor sobre a questão do idoso. E na política de equipamentos, o artigo 283 trata do idoso. Posteriormente, no artigo 285 temos um item específico: implantar ações e equipamentos à população idosa.

No item de habitação vamos observar que há prioridade no programa social de habitação, uma referência específica: no serviço de moradia social terão prioridade no acesso ao serviço social de moradia, nº 1, a população idosa de baixa renda.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Não. Estou falando de como o plano diretor trata do idoso. Agora veja bem, o Conselho Municipal do Idoso...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Agora o plano diretor não vai tratar da criação ou da revogação ou da integração dos conselhos, porque não é objeto dele tratar desse assunto. Até me surpreende a Lucila falar disso, porque agora não vamos discutir a política de conselhos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Não. O que ele falou foi a necessidade do plano diretor ter diretrizes e ações voltadas à população idosa. Então ele tem na questão da acessibilidade, da habitação, dos equipamentos e nas prioridades que são dadas. Então é isso o que o plano diretor pode tratar em relação a um assunto específico. Ele está tratando de políticas, de diretrizes para habitação, transporte e mobilidade, equipamentos e está fazendo a referência à questão da necessidade do idoso ter atendimento dentro dessa política.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Está certo, mas então podemos fazer uma discussão específica. Pode ser, mas ele está tratado em todas as políticas específicas que têm ações que

se referenciam ao idoso. Agora, veja que temos várias formas de organizar. O plano diretor está organizado pelos seus temas: habitação, meio ambiente, mobilidade e equipamentos. Ele poderia ter outra organização de falar tudo sobre idoso, mas ele está tratando das políticas públicas urbanas. Esse é o tema do plano diretor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – É por isso que estou dizendo que ele está previsto em cada uma das políticas. O Conselho do Idoso já existe e está funcionando. Vocês querem que eu fale o quê no plano diretor sobre o Conselho do Idoso? Que eu revogue o Conselho do Idoso?

Então veja, não há sentido. O plano diretor não é um projeto do processo de participação.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Não. O Conselho do Idoso tem a sua regulamentação, ação e composição próprias. Vou agora discutir a composição de todos os conselhos no plano diretor? Desculpe, mas é ter um mínimo de racionalidade na elaboração e às vezes há pessoas que são do contra sempre. E aí tudo bem. É porque estão achando que as coisas estão bem.

Há referências e pode ser melhorado. Vamos fazer propostas que possam melhorar o texto. Mas eu não posso criar no Conselho, revogar no Plano Diretor conselhos relativo à questão que não são tratadas no Plano Diretor.

Queria dizer quanto a outras questões tratadas, as quais também são importantes, e responder para a Leila: mostrei que quase 70% do emprego está concentrado não no centro histórico, mas no expandido, que inclui a Vila Madalena, Pinheiros, Perdizes. O centro expandido de São Paulo, grosso modo, é definido pelas áreas entre os rios Tietê e Pinheiros, reunindo os bairros mais consolidados da cidade. Nessa área temos grande quantidade de emprego e uma pequena quantidade de moradores. Exatamente para essa região há diretrizes para desestimularmos atividades não residenciais e estimularmos a habitação para que se possa equilibrar melhor a relação emprego e moradia buscando, portanto, estimular o emprego nas regiões mais periféricas da cidade de São Paulo. Esse é o objetivo do Plano Diretor, se vai

ser alcançado ou não, alguém levantou a seguinte questão: será que vão conseguir? Aliás, foi o Ricardo Young na sua fala.

Vamos ter de ter monitoramento e acompanhamento do processo, nos próximos anos, para poder buscar esse objetivo. Por isso está previsto o monitoramento, o acompanhamento do Plano Diretor para que sejam reguladas essas questões.

Em relação à outra questão importante, quero esclarecer - e não defendo o Ricardo, quero dar um esclarecimento. Não é só a emenda do Ricardo, mas a emenda que ele apresentou parece que foi protocolada na primeira discussão do Plano, por isso muitos a conhecem. Mas há várias emendas. Por isso, no início da minha fala, eu disse que esse assunto tem de ir à discussão.

Hoje, pela manhã, várias pessoas se manifestaram sobre a implantação de corredores. E o senhor estava presente ouviu, os demais presentes também ouviram, esclareço que em nenhum momento as ZERs estão ameaçadas no texto do Plano Diretor. O texto que vocês entregaram foi muito... Está dito no art. 13º da manutenção da ZER, elas estão definidas como zona para o zoneamento, está clara a sua importância do ponto de vista ambiental, da paisagem e do conforto que gera aos moradores. Agora, também já há em nosso zoneamento os chamados corredores de serviço e comércio no interior da ZER. Já existe e certamente terá de ser discutido na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Essa lei poderá eventualmente alterar alguns dos usos previstos em corredores, ampliando ou reduzindo. Isso poderá acontecer. Assim como poderá acontecer diferenças entre as ZERs e também terá de haver discussão local, no âmbito local, no âmbito regional e na Lei de Uso e Ocupação do Solo levando em conta diferentes situações. Também levando em conta o princípio geral de manutenção das características urbanísticas, paisagísticas, para garantir a permeabilidade do solo e as áreas verdes, como é hoje. Hoje, já há corredores de comércio e serviço nas ZERs.

No fundo, o que a emenda do Ricardo Nunes – e outras que possam existir e existem, aliás, - está dizendo uma coisa que já existe na ZER. Agora, como se localiza no território, essa discussão terá de ser feita no âmbito regional, dentro do princípio da manutenção da ZER.

O SR. RICARDO NUNES – É apenas um aparte. Não passará de um minuto.

Gente, evidentemente é “chover no molhado” dizer que a coisa é muito complexa. Cada um vai ter a sua opinião, são visões diferentes. Eu tenho um milhão de opiniões

diferentes do Nabil Bonduki, por exemplo, mas a gente se respeita e entra em entendimento.

Rapidamente, vou dar a minha opinião. Não sou contra a ZER, não sou louco. Mas há um dado importante: 80% dos estabelecimentos da cidade de São Paulo não têm licença de funcionamento. Essa é uma realidade: 80%. Fiz um requerimento na Comissão de Finanças de quantos CCMs temos na cidade, são 2.400 milhões de CCMs. Fiz um requerimento de quantas licenças de funcionamento temos, são 65 mil licenças de funcionamento.

A Renata do City Butantã comentou que a cidade é muito grande, e nós temos ZERs diferentes em cada região. A ZER do City Butantã é diferente da de Santo Amaro, por exemplo. A Rua São Benedito é praticamente inteira com comércio, com escritório de advocacia, consultório odontológico. Mas precisamos fazer um trabalho que minimize a corrupção. As pessoas estão lá, e em nenhum momento há ideia de querer acabar com a ZER, pelo amor de Deus! Quem é que pode querer se eleger como Vereador e acabar com a ZER? Só se estiver louco. Mas há uma situação de realidade e cada uma tem a sua especificidade. O que tem de ZER numa região é diferente de outra. Talvez Nabil fosse importante – e estou tendo uma ideia – criar dois tipos de ZER. Na tua pode não ter comércio algum... E é uma situação, gente, que nós precisamos encarar. Toda hora sai nos jornais: prendeu o fiscal... E as pessoas não conseguem licença na maior cidade da América Latina.

Eu participo de uma CPI - amanhã terá audiência pública na Comissão de Finanças e eu participo das duas – às 11h, sobre alvarás. Convido a todos a estarem aqui para ouvir o que as pessoas falam. Vem o presidente do sindicato, da associação comercial, olha, ninguém consegue tirar licença ou porque está zona coletora, não pode; é um rolo danado. E nesse rolo todo, a cidade totalmente ilegal e nós precisamos regularizar.

De outro lado, há situações de ZER que não é mais, e eu acho – podem até achar errado o que vou falar, mas sou sincero – um erro esse artigo da ZER. Vamos discutir lá no regional se vai diminuir ou aumentar, não é aqui. Poderíamos ter citado aqui, por exemplo, que não vai ser diminuída a área industrial, que é um caos, estamos perdendo empregos.

Para concluir, temos um orçamento de 50 bilhões e uma dívida de 54 bilhões, arrecadação de ISS de 2012 foram 9 bilhões. E da contrapartida de ICMS – parte do Município de São Paulo – são 7 bilhões. Não podemos desconsiderar a atividade empreendedora da cidade para gerar emprego.

Sou da Comissão de Finanças, só vim escutá-los, não vim falar nada. Desculpe-me falar, mas é importante entender que há várias situações, e ninguém quer prejudicar ninguém.

Só chegar com bom-senso e dizer: não pode mexer no Butantã. Como é que faz para não mexer? Ah, há uma situação que tem de corrigir. Como é que corrige? Para isso é que estamos aqui.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Vamos fechar 80% da cidade.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – A sua situação deve ser melhor do que quem precisa trabalhar e por feijão e arroz em casa.

Não quero atrapalhar, só vim escutá-los.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Não quero atrapalhar. Eu não ia falar nada, eu só...

O SR. NABIL BONDUKI – Vamos passar a palavra para outros Vereadores e para os representantes do Executivo, mas quero apenas lhes dizer a respeito de uma última questão, sobre eixos.

Surpreende-me o que foi falado, pois eu já apresentei dados, números. Estou vendo pela cara do senhor, o senhor não viu os números. Temos hoje na cidade 100 milhões de metros quadrados onde se pode construir acima do coeficiente 2, isso hoje, com o zoneamento atual. Pela proposta que estamos discutindo passaremos a 43 milhões, um coeficiente de 43% para construção com coeficiente acima de 2. Portanto, a quantidade de territórios em que poderá haver edifícios mais altos, vai diminuir. Nesses lugares, que são os eixos, há um conjunto de regulamentações. Quando a Lucila fala: não tem controle, não tem regulação, pelo contrário! São apartamentos com cota de terreno, pequenos, há limite de garagem, há estímulo para faixa... É outro modelo imobiliário, eu já disse isso várias vezes, e não é sem regulação. Hoje estamos sem regulação, são condomínios fechados, grandes pirulitos dentro de um lote, e dispersos pela cidade. Isso será consertado. Preciso dizer, de novo, porque às vezes a gente repete, repete, mas parece que não é absorvido. A área em que poderão ser construídos esses edifícios é mais reduzida do que hoje, e isso vai ser bom para a cidade. Depois o zoneamento é que vai discutir situações específicas. Nós estamos reduzindo essa área, estamos criando uma lógica nova para a cidade, que supera um problema que está acontecendo.

Quando a senhora fala que há muitos prédios espalhados, a intenção é que haja uma transformação mais concentrada e uma maior preservação do restante. Essa é a intenção.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – No Parque Dom Pedro não, no entorno dele. Espero que a senhora não esteja propondo construir no Parque Dom Pedro. No entorno dele é possível construir.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Essa porcentagem, a porcentagem que eu dei naquela reunião é do centro expandido.

O que é o centro não expandido, o centro histórico?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Ele concentra uma porcentagem significativa dos empregos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Não. Quase... São 78% no centro expandido. O centro histórico é muito pequeno, não há condição de abrigar muita população no centro histórico, mas ali há também uma grande concentração de emprego.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI - Está proposto, só que a área é pequena.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Poderá pela Lei de Uso e Ocupação do Solo. Está prevista inclusive ZER – Zona Exclusivamente Residencial de média densidade, não de alta. De média, sim, poderá. Aí o zoneamento regional vai poder estabelecer isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Tem a palavra o Vereador Netinho, Police Neto.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Democraticamente... Já estava estabelecido, mas o senhor vai ter o seu momento.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Acontece que precisamos de uma audiência só, não duas, três...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Netinho, com a palavra. Sabem por quê? Não houve nada pessoal, nenhum comentário, foi uma expressão. Ninguém ofendeu ninguém...

Nem o senhor, não, não...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – No microfone ele não ofendeu o senhor, não ofendeu.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – É uma audiência pública para o setor Saúde, Educação, os secretários estão presentes, não puderam falar. Há pessoas que vieram de longe, da terceira idade. Poxa vida, em nenhum momento ele ofendeu o senhor, eu estou vendo! Ninguém ofendeu ninguém.

Vamos lá, Netinho, por favor.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Presidente, é lógico que a tônica da nossa reunião, que tinha como proposta o debate mais intenso quanto à Saúde e à Educação, foi bastante absorvida pelo debate relativo às ZER – Zonas Exclusivamente Residenciais, o que eu acho positivo. De manhã...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sim, mas olha só... (43)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – O senhor tem razão. Amanhã vai ter uma audiência pública sobre finanças, amanhã às 9h da manhã. O senhor poderá vir amanhã.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Não, ninguém cassou a sua palavra, não.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Não vi discriminação. O senhor pode até se inscrever novamente.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Vereador, termine, por favor.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Eu vou fazer o seguinte. Eu agradeço a sua compreensão para nós podermos terminar o nosso trabalho. Muito obrigado, senhor.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Sim, senhor.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Sim, o senhor já se expressou e, com todo o respeito, a gente está também aqui, absorvendo o seu reclamo, com certeza.

Vereador Netinho, conclua, por favor.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Na realidade eu estava tentando recuperar o que foi método e o procedimento oferecido pelo relator para as audiências. Na realidade eu não estou fazendo, ainda, o julgamento do acerto ou do erro.

Foram realizadas audiências públicas em cada uma das subprefeituras. Foram realizadas audiências temáticas. Foram realizadas audiências que abordaram os instrumentos que podem ser utilizados pelo mercado imobiliário. Então “se faseou” de forma a você ter ampla participação e essa ampla participação construir essa transversalidade tão necessária para um plano que aborda tantas coisas. O de hoje foi assim que foi construído, por isso a parceria da Comissão de Saúde e da Comissão de Educação, por isso a representação do Presidente da Comissão de Educação, que é aqui acompanha a reunião, e do nosso Presidente da Comissão de Saúde.

É lógico que os parlamentares que participam dessas audiências minimamente se preparam para dar as suas contribuições e auxiliar no processo. Talvez alguns sim, outros não. Eu trouxe um pouco de elementos necessários para se fixar como diretriz para os temas de saúde e educação.

Parece bastante necessário trazer para dentro do texto cálculos que vão apontando, sugerindo para a sociedade o volume de população, por território, que demanda os equipamentos sociais, para partilhar com a população aquilo que Organização Mundial de Saúde, as características que a Secretaria Municipal de Saúde e que o Conselho reconhecem como necessário para implantação deste ou daquele equipamento, fazendo com que a leitura popular do Plano anuncie a necessidade desses equipamentos.

É lógico que isso tem uma coisa muito diferente nas áreas que nós debatemos e na origem de cada um daqueles que hoje aqui abordaram dessa outra população que não vive em zonas estritamente residenciais. Eu estou falando isso porque a proposta da audiência de hoje... E eu estou contando para vocês o que foi o prévio nosso, como a gente elaborou a tese de hoje. Talvez pelo consequente problema do transporte coletivo, parte da população que participaria aqui anunciando esse desejo de estruturar um plano que anuncia diretrizes objetivas para equipamentos que têm que ser oferecidos em Guaianases, na Cidade Tiradentes, em Perus, em Pirituba, não tiveram a condição de chegar aqui para anunciar isso e, portanto, estabelecer um debate de quais as regras e qual a diretriz que fica expressa no Plano, que não precisa dizer: “Precisa de uma unidade, tem uma carência de uma unidade aqui, outra acolá, outra acolá, de educação, de creche”, mas sim como você produz os cálculos estatísticos de crescimento e migração de população que vão indicando a necessidade, ao longo desses próximos 16 anos em que vai valer o Plano, como a Cidade vai produzindo justiça no território, portanto oferecendo serviços públicos para aqueles que habitam esta Cidade; e, segundo, a Pesquisa Orçamento e Família – POF que o IBGE realiza de dez em dez anos, vai indicando onde está a população que não tem recursos para comprar o serviço.

Isso é você estabelecer premissas claras de um planejamento para uma cidade de produzir justiça social. Caso contrário, a gente pode até anunciar sete 25, 300 CEUs e nunca conseguir encontrar de fato a regra de produção de área, a regra de produção de informações, que nascem da cidade todo dia, porque a cidade é dinâmica. Portanto não adianta prever o volume de equipamentos hoje, se essa população pode mudar na cidade até por indução do próprio Plano. O Plano está anunciando o seguinte: nós precisamos concentrar a população nos eixos de transporte de...

- Fala fora do microfone.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – É que eu não quero que o senhor se canse. Então, quando você carrega o sistema de transporte público coletivo, anuncia que tem um coeficiente

adicional para esse eixo, para reduzir circulação dentro dos bairros e, portanto, concentrar população como o mundo inteiro fez, o mundo inteiro concentrou no eixo de circulação para facilitar e muitas vezes trazer para próximo do eixo aquele que usa o sistema de transporte público coletivo. Mas, se isso é uma verdade, nos próximos 16 anos a gente vai ter uma mudança no cenário da cidade, um a população que não residia próximo do sistema de carregamento vai residir e nem sempre o sistema de carregamento tem na oferta do entorno dele equipamentos de saúde e educação, que são as áreas mais caras, e são mais caras porque você tem o uso mais intenso e, por ter o uso mais intenso, obrigatoriamente o mercado é mais voraz nessa área. Por isso nós temos que estabelecer prioridade para equipamentos públicos exatamente nessas regiões.

Por que eu estou falando isso? Porque, se se está produzindo um plano novo, que apresenta uma nova regra de distribuição da população para a cidade, a regra de cálculo para essa nova cidade que vai ser produzida tem que acompanhar o plano. Caso contrário, a gente vai de novo correr atrás do erro. Quando se iniciou o processo de construção de novas cidades na cidade de São Paulo – e foram assim batizadas: Cidade Tiradentes, Cidade Adventista -, não se começou a partir da oferta infraestrutural de serviços nem do tão necessário serviço público de saúde e educação. Começou pela oferta de residências e, a partir daí, construindo os bairros dormitórios. Tem bairros dormitórios que até hoje clamam pelos seus equipamentos sociais e vêm à Câmara reincidentemente dizer o seguinte: “Falta UBS aqui. A gente está há 35 com o bairro montado e não tem UBS”, e já temos as 23 mil pessoas, que seria a quantidade mínima de população para ter lá”.

O Plano anterior conseguiu apontar um conjunto de equipamentos, conseguiu apontar um conjunto de CEUS. A proposta que veio para cá, veio com um conjunto de CEUs. Na nossa opinião, não é apresentar um conjunto de CEUs distribuídos pelo território para afagar vontades políticas que resolve uma política de estado, não uma política do governo circunstancial que aprova um plano para 16 anos.

Então, se a gente não tiver a coragem de introduzir cálculos estatísticos matemáticos a partir daquilo que é oferecido regularmente pelo IBGE, pelo Seade, pela própria Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, que tem um setor de estatística, que tem hoje um departamento de controle do uso social da propriedade, a gente vai tentar acertar no chute, mas nunca vai dar precisão às nossas ações.

Como o debate de hoje – e quero até pedir desculpas para vocês – foi motivado para esse debate de educação, de equipamentos de assistência, eu me preparei para esse debate. Então quero até pedir desculpas, porque não vou me atrever a debater as ZERS. Acho que esse debate tem que ser feito. Acho que a cidade merece a proteção dos bairros jardins, e os bairros jardins merecem ter oportunidade de debater o quanto eles produzem, o quanto eles produziram serviços ambientais e o quanto nós erramos ao aproveitar uma zona de centralidade linear de áreas de proteção ambiental para acomodar os corredores de comércio dentro e lindeiros às ZERS. Porque foi, como a gente diz na gíria, um remendo, porque não se tinha naquele momento o zoneamento construído para as áreas lindeiras de ZERS, e foi se buscar uma ZCL de zona de proteção ambiental para se colocar ali, portanto sabia-se que estava fazendo algo com aquilo e se produziram erros.

Não dá para a gente dizer que todas as ZERS, todos os bairros jardins deram certo na cidade, portanto a gente tem que ter a responsabilidade também de debater aqueles que hoje têm dificuldade de manutenção deste próprio modelo para não perder áreas preciosas da cidade, com baixíssima qualidade de vida. Portanto anunciamos que teríamos grande qualidade de vida e nem isso conseguimos produzir. E vai-se perdendo aquilo que é essencial que se tem aí, que é a produção de serviços ambientais com um aproveitamento muito mais intenso dos lotes do que já estava permitido, exatamente pelo esgarçamento da capacidade daquela população residente.

Mas quero só finalizar falando que as leis são tão falíveis quanto os homens que as produzem. Por isso que a gente não pode interpretar a lei como algo da divindade. O Nabil, há

poucos instantes, reconheceu falhas na produção da lei de 2002, e têm que ser corrigidas, senão a gente acredita que sempre o legislador acertou, e o legislador é homem, portanto é falível, pode errar e, ao errar, a manutenção do erro sendo reproduzida intensamente pode destruir inclusive a cidade.

Eu acredito que o R2V, a fórmula que produziu os espigões no centro dos lotes, o aproveitamento em dobro, sem pagar a outorga, acabou com o zoneamento da cidade, zoneamento muito trabalhado para ser produzido. Mas se você dá um benefício, a verticalização duas vezes para residência, e pega todo o regime de aprovação, o maior conjunto de aprovação se deu para uma regra que não era uma regra de zoneamento, era uma regra de incentivo à verticalização. Isso está na lei, isso está na lei. Está certo? Na minha opinião, não. Falhou o legislador, na minha opinião. Agora a gente vai manter só porque está na lei? Então a lei errada merece da gente a complacência e não o enfrentamento?

Foi por isso que eu falei que quero acreditar – quero acreditar – na democracia que elegeu os 55 vereadores, até porque quero acreditar naquela que vai tirar os 55 quando eles não fizerem o seu bom trabalho. Eu estou falando isso porque a dedicação que a gente tem tido ao que a gente está fazendo aqui pode ser questionada pela nossa competência, mas não pelo nosso esforço, daqueles que têm participado reincidentemente com vocês e, portanto, tentando construir com vocês o que de melhor a gente pode fazer para a cidade.

Aí, desculpe, a gente pode aceitar um volume e um ruído da crítica que não desqualifica até onde chegamos, até onde o texto foi construído, o quanto ele deve ainda ser alterado, o quanto vocês ainda podem nos oferecer informações para que ele de fato se ajuste àquilo que é necessário. Mas do volume de horas de dedicação, de tolerância a tudo que se escutou, que não se escutou...

Então eu vou terminar falando que espero muito que o relator, embora não tenha tido a oportunidade de escutar o que eu estou falando agora, trabalhe muito nas questões dos equipamentos com cálculos que deixem a todos a possibilidade de enxergar se o seu bairro, se

a região em que ele mora, a partir das informações que ele mesmo pode colher, e hoje muitas das informações são públicas, estão à disposição de todos, já tem, por direito da lei, a possibilidade de ter um equipamento de saúde, porque já reúne essa condição. Estou dizendo isso para que a regra que é a diretriz ampla para a Cidade se dê nessa dimensão e que todos tenham possibilidade de enxergar o seu bairro completo.

E falar para o Presidente que conduziu nossos trabalhos que é frustrante. Num esforço que a Comissão de Política Urbana faz... E vou falar isso porque não dá para a gente ser hipócrita a ponto de terminar uma reunião como esta e dizer que tem algo a comemorar. É absolutamente frustrante a gente enxergar um único vereador da Comissão de Saúde e nenhum vereador da Comissão de Educação. Eu não esperava isso. Eu vou falar isso não em crítica aos que não vieram, mas em respeito à população que infelizmente também não conseguiu vir. Mas por que eu digo que é frustrante? Se a gente está votando a lei mais importante da Cidade, e aí esse esforço está sendo feito...

- Fala fora do microfone.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sim. Eu estou dizendo que é frustrante porque eu adoraria poder estar numa dessas comissões e ter a oportunidade de construir um discurso para falar nas próximas reuniões que acontecerão tanto na Educação como na Saúde. Mas não vou ter o que falar porque não participei do debate e, portanto, não pude construir regras e diretrizes para a cidade de fato responder àquilo que o povo merece, a população que se distribuiu, os 11 milhões e poucos que se distribuíram. Mas quero crer que a democracia que elegeu os vereadores ainda vai permitir ajustes que, com a presença ou com a ausência dos vereadores, ainda serão possíveis pela participação de vocês, que acabam nos empurrando a acertar mais do que errar.

Obrigado, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Eu vou conceder ao senhor, todavia a gente fez um cronograma e eu vou acertar, até porque, meu querido, eu vou falar uma coisa para o senhor: o

nosso secretário está com problema de saúde e ele não está falando nem se queixando; ele está com problema de saúde e eu, como médico, também sei. E ele vai falar agora até para poder se retirar, se assim convier à sua saúde.

O SR. - Boa noite, Vereador Calvo, Vereador Police Neto, Vereador Ricardo Nunes. Estou aqui na qualidade de Secretário Municipal de Saúde em exercício. Agradeço todas as referências ao Secretário Filippi, de não estar aqui. Realmente é um grande secretário. Eu tenho orgulho de estar servindo à Secretaria. Está em licença de férias e por esta razão não pode estar aqui hoje.

Atendemos ao convite do Vereador Calvo e do Vereador Nabil no sentido de comparecer aqui para ouvir ponderações dos vereadores e ponderações de vocês a respeito da questão da saúde. Obviamente, pela natureza do debate que se encaminhou, pouco se discutiu da questão da saúde de forma mais objetiva, natureza pela qual esta é a razão do Plano Diretor mesmo, eu imagino. O Plano Diretor, na minha concepção, é... Existe uma prática na política muito complicada, que a gente fala de hipostasiar conceitos. Hipostasiar é transformar determinada coisa que deveria cumprir determinada função na resposta a todos os anseios da população, ou das camadas da população, ou das classes sociais num determinado momento histórico de formulação de uma política. Da nossa parte da saúde, concordamos com o posicionamento do nobre Vereador Nabil. Ou seja, o Plano Diretor não deve e não pode interferir em um plano municipal de saúde. Nós temos mecanismos na saúde, legais, formais, estabelecidos para formulação objetivo e mais concreta do nosso plano municipal de saúde. Agora o Plano Diretor não pode produzir saúde? Pode. Quando o Plano Diretor enfrenta a desigualdade social, é essa a natureza fundamental desse plano do Sr. Prefeito Fernando Haddad, a busca disso, a tentativa de construção de uma resposta política a histórica desigualdade e sofrimento da população mais pobre do Município de São Paulo, quando um plano busca enfrentar isso, ele está produzindo saúde. Quando um plano busca enfrentar a questão da mobilidade urbana e do caos urbano que vivemos, por meio da discussão da

aproximação moradia emprego, aquilo que se ganhou o Arco do Futuro, levando equipamentos sociais as áreas mais carentes e longínquas estamos produzindo saúde. Quando buscamos locais de moradia sadios, saudáveis, como as zonas exclusivas residenciais, estamos produzindo saúde. Moro em uma delas, tenho muito orgulho de morar em uma dessas regiões. Não obstante, isso não quer dizer, que precisamos criar um fosso e quem cria fosso é quem acha que não há ricos e pobres. Há ricos e pobres. E como há ricos e pobres e particularmente na nossa área da saúde a nossa política é universal, é para todos e igual para todos, para construir a igualdade na área da saúde, objetivamente temos de pensar nas ações de equidade. Nas ações que favoreçam aqueles que estão mais distantes do acesso aos serviços de saúde, para isso precisamos de um Plano Diretor que rasgue caminhos que possamos implantar equipamentos, romper os vazios assistenciais que o Município vive e sofre. Romper, por exemplo, uma situação que é dramática no Município de São Paulo, que é regiões periféricas sofridas com 18, por mil de mortalidade infantil convivendo com regiões mais favorecidas, com cinco, e seis de mortalidade infantil, tal qual os principais, países europeus. Essa conquista que esses distritos mais favorecidos historicamente, e não só por equipamentos sociais, quem cria desigualdade não é apenas a política pública social, mas o sistema econômico, é ele quem cria as profundas desigualdades, a natureza no formato da distribuição da renda, não é á-toa que hoje se critica muito os aeroportos, muita gente pobre, cheio de pobre nos aeroportos, exatamente porque nos últimos anos, as políticas públicas propiciaram de maneira objetiva a saída de mais de 30 milhões de pessoas que estavam abaixo da linha da pobreza que conseguiram erguer a cabeça para tentar um novo caminho de construção social. Para nós da saúde, com a clareza de que a nossa política é universal, integral, da busca da equidade, defendemos e louvamos um plano que marcha fundamentalmente nesse caminho, apesar de ter varias polêmicas que tem de ser resolvidas ao longo da questão mais do zoneamento, do que objetivamente da questão de um Plano Diretor que veja o futuro, que veja o humano, uma sociedade justa para todos, é isso que a

saúde se soma a essa discussão.

Não vamos absolutamente, propor, não é nossa intenção, enquanto Secretaria Municipal que neste Plano Diretor se discuta quantos médicos, quantas equipes, disso, daquilo. Acredito que isso seria uma invasão, incorreta do Plano Diretor na política municipal de saúde, construída democraticamente. Temos conferências municipais de saúde, eleitas, com delegados eleitos, no conjunto da população que discute a política municipal, integral e universal. Temos instâncias de conselhos gestores de unidades, instâncias de conselhos de representantes que elegem a nossa política. Temos um plano municipal de saúde pública feita para cada quatro anos, temos planos diretores a cada ano. Temos o mapeamento de todas as áreas com vazios assistenciais, temos gel processamento de dados completos epidemiológicos do Município de São Paulo, seria abusivo e simplório de um Plano Diretor querer ultrapassar nessa natureza setorial um plano municipal de saúde, que seria incorreto fazer dessa forma.

Nosso espírito, é que esse Plano Diretor deva afirmar isso. Precisamos romper as desigualdades sociais valorizando área com vazios assistenciais, quer da atenção básica e ele fala isso, quer da questão hospitalar e de leitos. Se eu for falar e de leito, então, essa é uma grande confusão no Município de São Paulo. Alguns defendendo que há excesso de leitos, quando há 0,7 leitos por mil habitantes na zona Sul toda, 2 milhões e meio de pessoas submetidas a uma condição, tal qual os países africanos. Mais pobres, ao lado, por exemplo, a região Centro Oeste com 4, 8 leitos por mil habitantes. Essa é uma desigualdade, vou fazer o que? Vou tirar leito da região da zona Leste, seria ridículo fazer isso. O que tenho de fazer é investir prioritariamente, daí o conceito da equidade, nas áreas mais desfavorecidas para erguer, favorecer que essa população. Um Plano para nós: um plano de materializar sobretudo aqueles princípios que são tão caros à saúde e ao Prefeito Haddad. A ideia da universalidade, da integralidade e da materialização da nossa política de saúde como direitos sociais de todo brasileiro: do pobre e do rico. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE(Calvo) – O Sr. Secretario irá se ausentar. Agradeço a sua

presença. Mesmo assim, o Diretor de Planejamento, trouxe aqui toda essa visão, esses cálculos e essas estimativas, o qual elencou o nobre Vereador Netinho, que ia fazer uma apresentação para nós, mas infelizmente, pelo adiantado da hora, não será possível.

Com a palavra o Sr. Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Digo uma coisa importante com relação a tudo que você disse e parabéns, está previsto um Plano Diretor, quatro operações urbanas. A Bancada do PMDB está com uma ideia de emenda de que as operações urbanas sejam realizadas de acordo, é nossa ideia, com vulnerabilidade social de cada região. Acredito que isso tem muito a ver com seu discurso. Porque muitas vezes vamos correr o risco de fazer operação urbana de uma região rica e deixa por ultimo a mais pobre. Fazer um critério, talvez pedir sua ajuda.

O SR. ----- Acontece o seguinte: quem produziu o Plano, foi a Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Alias quem entregou para eles? A vulnerabilidade social da parte da saúde fomos nós. nós temos um índice de vulnerabilidade social na área da saúde.

O SR. RICARDO NUNES – O critério seria: o primeiro mais vulnerável e sucessivamente.

O SR. ----- Sim. Acho isso perfeito. A ideia da materialização do principio da equidade.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Prosseguindo. O professor que veio representando o Secretário Callegari também iria....

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Prosseguindo. O professor que veio representando o Secretário Callegari também iria fazer uma exposição, mas eu gostaria que o senhor resumisse e deixasse esse material que o Vereador Reis e a Comissão de Saúde vai receber e vai enviar – pois essa era a finalidade – para o fechamento da Comissão de Política Urbana.

Por isso, a razão da reunião conjunta, e quem está mandando aqui é a Política

Urbana.

Por favor, então, o senhor faça suas considerações. Vi que o senhor anotou atentamente alguns dados que te deram até para poder responder e foi valioso tudo que aprendemos, aqui, hoje.

O SR. ANTONIO RODRIGUES - Boa noite a todos, heróis da resistência que permaneceram e sabem que a luta vale a pena.

Em primeiro lugar, quero dizer que nosso Secretário já esteve, nessa Casa, mais de uma vez.

Da última vez que esteve, ele ficou mais de seis horas numa audiência pública a despeito do momento que estávamos implementando: colocando em discussão, na rede, nosso projeto de Educação, que foi colocado o ano passado. Esse ano ele está sendo implementado nas nossas unidades educacionais. Ele ficou mais de seis horas.

Isso para dizer a vocês que nosso Secretário, absolutamente não gosta de conversar com o povo. Se ele não veio hoje, há motivo que justifica sua ausência. E, para tanto, ele confiou em mim e na Luiza, assessora direta do gabinete do Secretário e, eu, Antonio, sou assessor da Assessoria Técnica de Planejamento.

Para quem não me conhece, sou diretor da escola da rede pública municipal, funcionário de carreira, conheço minha colega que é assessora do Vereador Reis, conheço o Vereador Calvo, conheço o Vereador José Police Neto e também o Vereador Ricardo Nunes, que já recebi lá dentro da Secretaria.

Quero, humildemente, fazer uso de um exemplo e a partir dele tentar mostrar para vocês as nossas preocupações com relação à Secretaria Municipal de Educação.

Sou diretor de uma escola situada no Parque São Domingos. Para quem não conhece, passa a ponte da Anhanguera, sentido interior, do lado direito, é um bairro com muitas características que foram citadas aqui. E digo para vocês: tenho muito gosto de morar lá.

Também, como vocês, não quero ver minha vida degradada como existe a possibilidade disso vir a acontecer em diversas partes da cidade de São Paulo.

Ela está localizada há, mais ou menos, no quilômetro 12 ou 13 da Anhanguera, é nessa faixa aí. É uma EMEF, quer dizer que trabalho com crianças do primeiro ano ao nono ano.

Eu atendo, naquela unidade, crianças que vão do 13 – onde está localizada aquela escolal – até o 29 da Anhanguera.

Isso não é por acaso. É porque, lá no 29, não tem escola. É porque, lá no 29, a escola que existe lá não consegue atender a demanda de quem está lá.

Estou falando isso, para vocês, pois é sobre o ensino fundamental que, aqui na cidade de São Paulo, está plenamente equacionado.

Teremos de discutir, então, se a EMEF está passando por essas dificuldades de trazer uma pessoa, trazer uma criança que sai do km 29 para o km 13, o que deve estar acontecendo com uma criança que só tem seis meses e que precisa de outro equipamento, que não é uma EMEF?

Quando chegamos na Secretaria Municipal de Educação, fomos verificar, Vereador Calvo, a demanda que estava cadastrada nos distritos. E, quando fomos observar dentro dos distritos, os diferentes setores de cada um distritos, verificamos, e só para exemplificar para vocês, aqui mesmo perto da gente – e algumas pessoas falaram do Butantã – o Butantã tem seu distrito, que é o Distrito de Pinheiros, dentro da Diretoria Regional de Educação de Pinheiros, e nesse distrito há quatro setores de demanda. Somente um setor registrava demanda.

Isso quer dizer o que? Que nos outros três setores não havia demanda? Isso quer dizer que nos outros três setores não havia nenhum equipamento para que se pudesse registrar a demanda. Isso estou falando de Pinheiros. Vão lá para o Campo Limpo, onde você pega 22 mil crianças fora dos equipamentos de educação infantil.

Vinte e duas mil crianças! E, distribuídas desigualmente até dentro do mesmo distrito. De tal sorte que o que a Secretaria de Educação vem fazendo é algo muito assemelhado ao que a Secretaria de Saúde está fazendo.

Nós também temos ação. Estamos plenamente satisfeitos com o desenvolvimento do Plano Diretor. No Plano Diretor não precisa dizer para a Secretaria de Educação...

O SR. _____ - Sr. Antonio! Faça e apure a situação da Secretaria, com relação à demanda da região de São Mateus e Sapopemba. Está três vezes pior do que a demanda de Pinheiros e desses lugares.

O SR. ANTONIO RODRIGUES – É verdade. São Mateus também tem uma demanda explosiva. São Mateus, Sapopemba, Campo Limpo, Parelheiros, Itaquera, a Cidade como um todo, retirando esses bairros mais consolidados, como Lapa e Pinheiros, onde você vê equacionado e você vê, hoje, mesmo nesses bairros, onde está localizada a Diretoria Regional de Educação de Pirituba, ela é de Pirituba, mas funciona dentro do bairro da Lapa.

E lá, uma creche não fica com nenhuma vaga ociosa. E isso pelos mais diferentes motivos que vocês possam imaginar na vida de vocês. Não existe vaga ociosa em nenhum tipo de equipamento que atende creche, que atende crianças de zero a três anos, nessas regiões. Por mais que se imagine e que se possa ter plenamente atendido, não há. Se você abrir, hoje, um equipamento tipo creche na Lapa, você vai encher de criança.

Agora, é lógico que olhando da mesma forma que o Secretário da Saúde olha para as questões sociais, você vai verificar que não vou fechar uma creche na Lapa para poder abrir uma no Campo Limpo. O que tenho de fazer é: trabalhar com as que existem na Lapa, melhorar cada vez mais essas que estão na Lapa e, se necessário, abrir mais alguma.

Mas é fundamental que tenhamos o foco nas regiões que estão muito mal atendidas.

Com relação ao que o Vereador Nabil Bonduki colocou sobre a desigualdade que existe na dispersão dos equipamentos dentro da Cidade. Há cidades, há bairros, melhor

equipados, do ponto de vista de atendimento das crianças, sejam elas na creche, nas EMEIs, ou nas EMEFs – que é nossa obrigação.

Mas nós agora temos de fazer todo um mapeamento. Estamos terminando esse mapeamento e também desenvolvendo todo um plano de obras, e é preciso que não se cobre tanto do Plano Diretor, mas se cobre de outras instâncias que nos auxiliem a construir.

Peguem aí um terreno lá no Campo Limpo e tentem regularizar esse terreno para você construir uma creche. Pega um terreno lá em São Mateus, ou no Sapopemba, e tenta construir uma EMEI.

Só para você regularizar o terreno. Não estou falando para você construir, mas para por a criança dentro. De tal sorte, que a hora que você terminar a construção, essa criança que estava precisando da creche, ela já está dentro da EMEF.

Então quero dizer para vocês que o Secretário está à disposição dessa Casa, Sr Presidente, e que nós estamos em plena execução de um plano de obras, no qual, hoje, constam: 243 equipamentos do tipo creche, 65 equipamentos do tipo EMEI, e 20 equipamentos do tipo CEU e, obviamente, quero dizer para o Vereador que estamos olhando para as regiões onde a vulnerabilidade social é maior.

Nossa Secretaria fica na Vila Clementino à disposição de quem quiser. Ou, de outra feita, que possamos vir aqui.

Entendi perfeitamente, tanto que nós acatamos - tanto eu quanto Maria Luiza – democraticamente as manifestações. Também entendemos perfeitamente a ansiedade do público, mas gostaríamos, de outra feita, fazer uma exposição mais alongada, mais demorada, para que pudéssemos trabalhar a questão da Educação dentro da cidade de São Paulo.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Eu agradeço, professor Antonio Rodrigues e peço que o senhor nos mande esses dados, inclusive da ONU, e tudo o mais que o senhor possa ter, para encaminharmos à Presidência da Comissão de Educação e, assim, poder inserir

positivamente, nos índices e nas estatísticas, as necessidades para se acobertar melhor nossas áreas mais carentes. Todas as áreas, mas, principalmente, as mais carentes.

O senhor quer fazer ainda uso da palavra? (Pausa) É seu direito. Conforme combinei com o senhor, por favor. Qual é seu nome mesmo, me desculpe. (Pausa).

Sr. José Eduardo, por favor.

O SR. JOSÉ EDUARDO – Mais uma vez obrigado por me permitir fazer uso da palavra. Meu nome é José Eduardo. Agradeço a oportunidade de estar aqui, mais uma vez, gostaria só, apenas de corrigir uma interpretação, pois pode ter ficado dúvida.

Não quero, de maneira alguma, desqualificar as pessoas que estão elaborando esse projeto. Acho que houve um processo de discussão que acho questionável e estou levantando aqui. E esse é o fórum para se fazer isso.

Espero não ter abusado, vamos dizer, nem ter ofendido ninguém, apesar de minha pouca veemência – ou melhor, excesso de veemência, muitas vezes -, mas acho que é válido e espero, de forma nenhuma, ter agredido ninguém.

O que eu gostaria de corrigir, apenas, numa interpretação que ficou - lamento profundamente que o Vereador Nabil Bonduki já tenha saído – e que foi a crítica que faço e que não sou só eu. Na verdade, ele tem muito mais experiência que eu e até me sinto, vamos dizer arrogante, com uma pessoa do gabarito dele.

Por outro lado, assisti a muitas apresentações e, entre elas, a que gostaria de...

Mas lamento profundamente também os próprios Vereadores não terem participado dessas discussões.

Concordo com o Vereador José Police Neto que outras discussões foram - na USP, por exemplo - de altíssimo nível. Está disponível no site do Instituto de Estudos Avançados da USP, com críticas severas ao Plano Diretor, especificamente para falar sobre a sustentabilidade e o meio ambiente.

O Vereador Nabil Bonduki estava lá, ele argumentou com muita propriedade, mas

não chegou a convencer – me parece – a plateia. Tem de chegar muito claro isso e a mim, pessoalmente, não convenceu.

Outra apresentação que está aqui, disponível nessa própria Casa - e que aconteceu quinta-feira passada – foi também uma roda de conversas promovida pelo Vereador Natalini, onde há uma fala do professor Cândido Malta, mais ou menos, nos 200 minutos dessa discussão. Peço que assistam. Ali, acho que condensou bastante.

Eu prestei muita atenção nessas discussões. E é de uma responsabilidade muito grande eu estar aqui, tomando esse microfone, apesar de não estar representando ninguém. Espero não ter ofendido e não estar me excedendo mais. Só quis corrigir a crítica principal.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) - Mas o senhor é bem vindo. Tenha certeza disso.

O SR. JOSÉ EDUARDO – Muito obrigado. E uma das principais críticas – que eu entendi – do professor Cândido Malta, foi a inversão desse processo.

Concordo que teríamos de ter discutido melhor as questões mais básicas, chegar no nível, vejam, de estar prorrogado para os planos de bairro. É a metodologia. Começou a se construir um plano de cima, que não consegue chegar no detalhe, na participação.

Outra coisa que não cheguei a completar na minha fala, na minha leitura, é que a prova disso é a enorme demanda de questões pontuais em audiências como essa, que tratam de questões amplas.

As pessoas vinham, porque estão reprimidas, mas que deveriam ter sido consultadas nos planos de bairro. E isso não foi feito ainda. Foi prorrogado.

Então se perdeu muita qualidade na participação popular. Aliás, devo também citar o processo que também já está implantado na Saúde, que é referência na participação popular.

Concordo totalmente com que o representante do Secretário falou aqui. Louvo e participo como voluntário num equipamento público de saúde mental.

Então agradeço mais uma vez a oportunidade. Só queria mesmo corrigir esse mal entendido.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Nós que agradecemos e entendemos muito bem o senhor.

Secretário Adjunto, por favor. É Secretário e é responsável por tudo isso.

O SR. _____ - Só queria agradecer. Não vou falar mais do que dois minutos. É justamente isso que eu ia falar: estou apanhando desde o início do processo no bom conflito.

Acho que nós, no Executivo, tivemos os enfrentamentos, mas temos de ser democráticos e propositivos. E, claro, não me estranha, estarem as questões pontuais aqui. Elas sempre vão estar presentes. Afinal, as pessoas participam em determinados momentos com diferentes níveis de entendimento e integração aos processos participativos, e isso é normal. Acho isso positivo.

O que imagino deva ter a sapiência - e eu queria louvar esse trabalho – é a integração do Executivo com o Legislativo durante o processo desse Governo, e é isso é algo tanto do Executivo quanto do Legislativo, dos Vereadores aqui e dos demais. Isso é louvável, porque, assim, trabalhamos sempre juntos pelo interesse da Cidade.

O que o Vereador José Police Neto falou aqui é a mais pura verdade.

Queria ainda ressaltar o trabalho que fizemos – e radical – de disponibilizar dados. Tudo do Plano Diretor está disponível e em formato aberto, todo mundo pega, joga no *google*, vê, não tem caixa preta.

Algo ainda que eu gostaria de falar e é importante é que o pessoal do IEA que estava debatendo o Plano Diretor – o Ivan e outras pessoas – foi que elaborou o Plano Diretor de 2002 e que tem os santos equívocos.

Então querer reforçar o que já era como paradigma do que será, acho que temos de ter tranquilidade e serenidade de debater com franqueza de razões.

Acho ainda – e o Vereador José Police Neto colocou a questão do gabarito (?) que se dá mais permeabilidade e faz pirulito no meio do lote – desastroso para tecido urbano em

prol de se ter mais permeabilidade. O que em solo de várzea não incorpora nada de água. É uma falácia, tecnicamente falando - não sou arquiteto, nem geólogo - mas com os estudos que fizemos.

Acho importante isso e o que considero também fundamental no atual Plano Diretor é que estamos buscando corrigir distorções e dar uma lógica de adensamento para a Cidade. Isso é mesmo fundamental. Hoje, há quatro prédios do lado do metrô Vila Madalena e isso porque a legislação atual permite. Acho bom ter quatro prédios. Acho bom ter kitchnete lá. Quanto mais pessoas morarem perto do metrô, melhor para a cidade de São Paulo.

O Centro da Cidade perdeu 300 mil habitantes da década de 70 à década de 90. Então são 300 mil habitantes a menos. A questão é que as pessoas foram expulsas para a periferia. O compromisso é a dívida social, essa Cidade e essa Câmara têm compromisso com isso e esse compromisso é tentar corrigir uma dívida social histórica.

Não queremos fazer isso às custas das áreas de qualidade ambiental da Cidade: as ZERs, nunca defendemos verticalização de nenhuma ZER, agora, ter o compromisso do Prefeito e não fazer, fica complicado.

Temos de reequilibrar a Cidade. As pessoas não podem defender a qualidade do entrierios em detrimento da população que está expulsa do mínimo de urbanidade. Esse compromisso é dessa gestão e esse compromisso que temos de dividir com vocês. E também dividir com vocês a responsabilidade disso.

Se temos de ter essa população aqui, como vamos fazer isso? Se tenho de considerar tudo que está ilegal fora, então, tenho de expulsar 4 milhões de pessoas que moram irregularmente na cidade de São Paulo? Que capacidade de suporte estamos discutindo, se não temos mais água no Estado?

É um pouco do limão – limonada, pessoal. O desafio do Executivo é o jogo de somar zero. Temos de fazer uma Cidade melhor para todos a partir do que temos. Não podemos investir numa torre de ametista da academia ou numa bolha de surrealismo, onde

vamos encarar o que é regular e o que é real, o que é legal. Temos de encarar a Cidade real. As pessoas passam fome, ficam quatro horas no transporte público e esse é um problema de todos nós.

E temos, no Executivo, o compromisso de debate franco, aberto.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. _____ - A igualdade pressupõe o nivelamento, o que dificilmente vai ser no topo. Temos de distribuir. O Brasil sempre esteve no topo da desigualdade de renda. Então esse é o desafio. Mas não queremos fazer isso em detrimento de qualidade ambiental da Cidade.

Não defendemos, em nenhuma proposta, em nenhum debate, verticalização de ZER.

Esta gestão está cobrando, de quem constroi, hoje, de graça, a outorga que o mercado fala que é a mais cara e que inviabilizará o mercado. O mercado está batendo na gente diuturnamente, quer dizer, se fosse um plano para o mercado, não estaria apoiando o mercado. Então o equilíbrio, a outorga onerosa que vai ser cobrada, é dez vezes mais do que é cobrada hoje.

Atualmente, todos os empreendimentos Rb2, esses pirulitos, não pagam outorga para a Cidade. Esse desafio acabou. Eu queria falar só isso. Agradecer a todos e vamos para casa descansar, que amanhã às 9h tem mais. Obrigado Vereador Calvo (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Calvo – PMDB) – Agradeço a todos e quero registrar que nós faremos uma inclusão no Plano Diretor para os recursos hídricos da cidade de São Paulo, do tratamento da água, está nas áreas contaminadas, e já foi acatado.

Quero lembrar o Emerson – ele não está aqui – que as lágrimas que rolaram lá, refletindo um coração bom que consegue sentir as dificuldades do próximo, possam sensibilizar todos nós, principalmente, aqueles que detêm o poder para termos dias melhores.

Obrigado a todos e que Deus nos acompanhe.

